

Homem mata mulher e é detido após falhar suicídio em Maputo

Uma jovem de 24 anos de idade morreu vítima de uma suposta agressão física protagonizada pelo próprio marido, de 27 anos, na madrugada de quinta-feira (30), no bairro de Chamanculo, capital moçambicana. Para cometer tal acto, o homem primeiro algemou a parceira e começou a esmurrá-la, qual um pugilista o faria contra um "saco" de boxe. De seguida, como se o que já tinha feito fosse pouco, ele recorreu uma faca da cozinha e a uma tesoura para aplicar duros golpes e de morte à pobre mulher, com qual teve dois filhos que, agora, são órfãos.

Texto: Emildo Sambo

O caso que deixou centenas de moradores daquele bairro vergastados aconteceu num prédio.

Alguém deve estar a interrogar-se por que carga de águas o acusado praticou esta barbaridade e como é que ele vai contar aos filhos, no futuro, que foi ele próprio quem tirou a vida da mãe deles.

Tentativas de se suicidar, entupindo-se com bebidas alcoólicas e comprimidos a ponto ficar inconsciente, fracassaram. Ele apenas ficou inconsciente e foi socorrido pela Polícia da República de Moçambique (PRM) para o Hospital Geral José Macamo, de onde foi conduzido às celas. Não houve tempo para se despedir dos filhos, que provavelmente voltará a vê-los depois de muitos anos de cadeia.

Aqueles que rezam acreditam que ainda não tinha chegado o dia para o indiciado morrer, por isso, não seria naquele momento que a morte o levaria para escapar da responsabilização, mesmo se administrassem em si próprio medicamentos de uma farmácia inteira.

Testemunhas ouvidos no local pelo @Verdade relataram que, antes de tirar a vida à própria esposa, o jovem confinou as crianças algures e pôs um parêntese de som a tocar num volume bastante ensurdecedor.

O acto visava impedir que os vizinhos ouvissem os gritos e as súplicas pelo socorro da mulher quando fosse submetida a tais maus-tratos letais. Isso ainda narrado por pessoas próximas, que, algumas vezes, correram, certas ocasiões de noite e outras de dia, em socorro do casal quando entrava em apuros.

Diz-se que as brigas já extravasavam os limites de cônjuges normais, porquanto, vezes sem conta, a malograda saía de casa quase de trono nu em busca de socorro.

HCB anuncia aumento da tarifa para Eskom... de 35 para 51 centavos do dólar por kWh, Electricidade de Moçambique paga 3,5 dólares



O Administrador financeiro da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) revelou "um marco de registar, um incremento na ordem de 46 por cento sobre a tarifa cobrada à Eskom" no entanto manteve o tabu sobre o preço que a eléctrica sul-africana compra a energia. Investigação do @Verdade apurou que a tarifa até 2017 era de 35 centavos do dólar por quilowatt/hora(kWh), dez vezes menos do que o preço que a "nossa HCB" vende à Electricidade de Moçambique (EDM).

Texto: Adérito Caldeira • Foto: HCB / Adérito Caldeira [continua Pag. 02](#) →

Autárquicas 2018: Renamo diz que seus candidatos são alvos de perseguição pela Frelimo e Polícia

O tenente general e líder interino da Renamo, Ossufo Momade, afirmou que os cabeças-de-lista do seu partido, nos municípios de Maputo e Quelimane, sobretudo, são alvos de perseguição e chantagem política, engendrada pela Frelimo. Esta recorre à Polícia da República de Moçambique (PRM) para coactar as liberdades de participação política dos candidatos do maior partido da oposição, enquanto os seus fazem campanha eleitoral a seu bel-prazer, com protecção da própria corporação.

Ossufo Momade, que é também coordenador da Comissão Política Nacional da "perdiz", considerou que a exclusão de Venâncio Mondlane das eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo, pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), e a determinação de perda de mandato do edil de Quelimane, Manuel de Araújo, pelo Conselho de Ministros, "têm motivações políticas com vista a prejudicar a Renamo".



Nos dias 18, 22 e 28, nos bairros de Xipamanine, Unidade 7 e Aeroporto, respectivamente, Venâncio Mondlane e outros membros da Renamo foram impedidos pela PRM de realizar livremente as suas actividades

políticas.

A corporação está ao serviço da própria Frelimo e não dos moçambicanos, segundo o líder interino da Renamo, que falava a jornalistas baseados em Maputo, via teleconferência, na quinta-feira (30).

Ele juntou que o facto de Venâncio Mondlane ter sido intimado a comparecer à Procuradoria da Cidade de Maputo, para responder em torno de um caso de difamação, faz parte também de um estratagema da Frelimo para afastá-lo da corrida eleitoral.

E questionou "com quem a Frelimo pretende competir" nas eleições de 10 de Outubro "se, muito antes delas", não permite que os adversários mantenham contacto com o eleitorado.

A "perdiz" queixa-se de estar a ser impedida pela Polícia de apresentar publicamente os seus cabeças-de-lista e demais candidatos, um pouco por todo o país.

Todavia, a mesma corporação

Texto: Emildo Sambo • Foto: Adrien Barbier

é vista a escoltar os candidatos do "bataque e da maçaroca" e a garantir-lhes protecção nos seus autênticos "comícios de campanha eleitoral, com total cobertura mediática dos órgãos de comunicação social públicos", disse Ossufo Momade.

Ainda de acordo com ele, não se percebe por que razão a Frelimo usa a Polícia para os seus interesses políticos, particularmente para limitar a participação da "perdiz", enquanto o seu Governo está na mesa de conversações em busca da paz efectiva.

"A intolerância política e uso abusivo das Forças de Defesa e Segurança" coloca em causa a sinceridade do mesmo Executivo em relação à matéria sobre a paz, a reconciliação, a descentralização e a reintegração social e económica dos homens residuais da Renamo, juntou o tenente general.

No seu ver, tudo o que a Frelimo tem vindo a fazer contra a "perdiz" não passa de uma agonia, devido à sua necessidade de se manter de pé.



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOÇA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - HCB anuncia aumento da tarifa para Eskom... de 35 para 51 centimos do dólar por kWh, Electricidade de Moçambique paga 3,5 dólares

A HCB apresentou na passada terça-feira (28) alguns resultados do exercício de 2017, discursando no evento que aconteceu em Maputo o Presidente do Conselho de Administração (PCA), Pedro Couto, sublinhou: “que o desempenho da empresa HCB em 2017 foi positivo em termos de resultados operacionais apesar das restrições hidrológicas e um contexto macro-económico adverso”.

reram durante o último trimestre de 2017, o PPA (Power Purchase Agreement) com a Eskom estabelece que de cinco em cinco anos há uma revisão da tarifa, a negociação do último trimestre, e que fazia cinco anos desde a última negociação que tinha sido em 2013, resultou num incremento rectificativo da tarifa. Foi um feito, um marco de registar, um incremento na ordem de 46 por

39 por cento das receitas da empresa quando comparado com igual período de 2017”.

Contudo o PCA e o Administrador financeiro não revelaram qual foi o resultado líquido da HCB no exercício de 2017 nem qual é o passivo não corrente e corrente dos empréstimos obtidos no ano passado mantendo a falta de transparência desta empresa que pretende cotar-se na Bolsa de Valores de Moçambique.

Aliás a Hidroeléctrica de Cahora Bassa ainda não publicou o Relatório e Contas de 2017, como é de lei e nem respondeu aos pedidos formais do documento efectuados pelo @Verdade.

Aumento de 35 para 51 centimos do dólar por kWh, Electricidade de Moçambique paga 3,5 dólares

Questionado por jornalistas sobre a tarifa que a Eskom pagava antes do referido aumento acordado Manuel Gameiro manteve o tabu que dura desde muito antes da “HCB ser nossa”.

“Sobre qual é exactamente a tarifa actual, há questões de confidencialidade contractual sobre as quais a HCB deve submeter-se e não poderei neste fórum, e por força destes princípios, não poderei revelar valores específicos de tarifas com os nossos clientes”, disse.

Não é segredo que sendo o principal cliente da hidroeléctrica, desde antes da sua



construção, a empresa de electricidade sul-africana tem imposto o preço que paga pela energia que acordou comprar desde os anos sessenta e que pretende comprar nas próximas décadas.

Porém o @Verdade apurou que preço que a Eskom começou por pagar 3 centimos do Rand por quilowatt/hora, desde a inauguração da HCB até 1988, altura em aceitar renegociar para uma tarifa de 2 Rands kWh que se manteve inalterada até ao ano 2000.

Com o fim da guerra e a renovação das linhas de transporte Hidroeléctrica de Cahora Bassa forçou uma renegociação das tarifas, que culminou com um corte unilateral do fornecimento de energia no final da década de noventa, e só após uma queixa ao Tribunal Arbitral de Paris é que em 2002 a Eskom aceitou aumentar o preço que comprava para 3 Rands kWh.

Já depois de fim do apartheid e na altura em que Moçambique quis assumir o controle maioritário da HCB voltou a apelar à boa vontade da África do Sul que o @Verdade sabe aproveitou para renegociar contratos futuros cuja duração não é pública e que mantiveram o custo da energia para a Eskom como um dos mais baratos do mundo, ainda que tivesse chegado aos 5 Rands por quilowatt/hora, cerca de 35 centimos do dólar norte-americano, e é sobre esta tarifa que incide o aumento anunciado esta semana.

Importa recordar que a EDM, que tem a missão de iluminar Moçambique, compra a energia de Hidroeléctrica de Cahora Bassa a 3,5 dólares norte-americanos por quilowatt/hora, dez vezes mais do que a Eskom adquire, e nem sequer pode desejar comprar mais electricidade pois a empresa sul-africana tem reservada para si 70 por cento de toda energia produzida pela HCB.



As receitas, que são facturadas em Rands desde 1969, reduziram cerca de 12 por cento, como resultado da queda da quantidade de energia vendida, diminuiu de 13.788 em 2016 para 11.968. No entanto essa receita expressa em meticais regista um crescimento de 15 biliões de meticais para 15,6 biliões.

“Nas receitas a um dado fundamental a partilhar com os presentes foram as negociações com a Eskom que decor-

cento sobre a tarifa cobrada à Eskom”, revelou Manuel Gameiro, Administrador financeiro da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Discorrendo sobre o desempenho financeiro só positivo Gameiro disse que embora: “a data de entrada em efectividade desta nova tarifa é este ano, 2018, e há um efeito que já se faz sentir sobre as receitas da empresa. Dados de Junho de 2018 indicam um crescimento de

Apostas desportivas fazem milionários em Moçambique

As casas de apostas desportivas que começam a proliferar em Moçambique começam a fazer milionários e não param de aumentar as receitas fiscais. Em Agosto dois jovens que apostaram apenas 50 meticais ganharam mais de 5 milhões de meticais.

Texto: Redacção

Mário* é um vendedor informal de material eléctrico num dos mercados da capital moçambicana quando viu surgir, há cerca de um ano, a loja da Hollywoodbets resolveu tentar a sua sorte neste tempos em que o negocio corre cada vez pior.

Começou por apostar 20 meticais e sentiu-se encorajado com os pequenos prémios que foi obtendo. O jovem de 38 anos de idade, casado e pai de dois filhos, aficionado por futebol percebeu que podia transformar esses seus conhecimentos em dinheiro e não parou de apostar. Recentemente investiu mais 50 meticais da sua parca receita diária e acertou em cheio; ganhou 1.200.000 meticais.

Outro jovem, também comerciante informal de 39 anos, casado e pai de oito filhos, começou a apostar em jogos de futebol, por lazer, e viu os seus pequenos investimentos multiplicarem-se. Primeiro ganhou 6 mil, depois conseguiu 16 mil meticais e tornou-se num apostador regular.



No início deste mês Pedro* ficou milionário quando a sua aposta múltipla de 50 meticais transformou-se em 4.150.112 meticais.

A Hollywoodbets é uma das várias casas de apostas desportivas que surgiram no nosso país e para além de fazerem milionários pagam cada vez impostos a Autoridade Tributária de Moçambique.

Futebol, basquetebol, boxe, desportos motorizados, dardos, corrida de cavalos são alguns dos desportos onde apostar na loja situada no bairro do Alto Maé e agora também no website m.hollywoodbets.co.mz criado especialmente para os jogadores moçambicanos e onde existem ainda opção de jogar na lotaria.

*Nomes fictícios

‘História do Direito moçambicano’ lançada em livro

“Noções sobre História do Direito Clássico e Moçambicano” é a mais recente obra do jurista, jornalista e assistente universitário Leandro Paul, lançada na quinta-feira, 30 de Agosto, na Universidade Politécnica, em Maputo.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de um livro, com 128 páginas, publicado com o apoio da Gráfica Académica e que tem a particularidade de sistematizar, pela primeira vez, conhecimentos gerais sobre a História do Direito Moçambicano, até aqui, pouco desenvolvida pelos historiadores e, até mesmo, pelos juristas. Fornece, igualmente, informação de carácter pedagógico, acerca das várias civilizações milenares que influenciaram o Direito moçambicano.



Leandro Paul, de 57 anos, é docente na Universidade Politécnica, tendo publicado, anteriormente, “A Comunicação Empresarial em Moçambique” e “Código de Publicidade-Anotado e Comentado”.

Frelimo e os seus cães de guarda

Aproximam-se as eleições autárquicas e, como de costume, os habituais cães de guarda do partido Frelimo já foram soltos e esmeram-se para dar vantagem a esta força política no escrutínio de Outubro próximo. Embora cada um dos cães tenha uma missão específica, todos partilham o mesmo objectivo: fragilizar os outros partidos.

As acções dos cães de guarda são visíveis, inescrupulosas e desprovidas de qualquer base legal. Uma das acções que chama atenção é a destituição do de Manuel de Araújo com edil de Quelimane pelo Governo da Frelimo. Ou seja, o Executivo de Nyusi pontapeou, às claras, o número 4 do artigo 11 da Lei número 7/97, de 31 de Maio, que estabelece a Tutela Administrativa do Estado Sobre as Autarquias Locais, ao decretar a perda de mandato do presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane (CMCQ), Manuel de Araújo, sem ouvi-lo em relação aos factos que levaram

à decisão tomada.

Porém, antes dessa situação, assistimos algumas atitudes por parte de um dos mais fiéis cães de guarda, nesse caso, o Conselho Nacional das Eleições (CNE) a fazer o que melhor saber fazer: prejudicar outros partidos e favorecer a Frelimo. A CNE "de-liberadamente" afastou as candidaturas dos cabeças-de-lista da Renamo, Venâncio Mondlane, e da AJUDEM, Samora Machel Júnior. Este órgão eleitoral, que deveria ser imparcial e focar-se na legislação eleitoral, tem estado a fazer interpretações com motivações políticas, violando a Constituição da República.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) também não fica atrás. Com instruções bem definidas, a Polícia moçambicana já começou a seguir à risca o seu papel de impedir que os partidos da oposição exerçam o seu direito. Um exemplo claro dis-

so, é o facto de o partido Renamo ter sido impedido de desenvolver a sua actividade política.

Estes cães de guarda da Frelimo estão a criar condições para o aumento das absenções no dia da votação, preparando as eleições criando prejuízo a outros partidos. Sem dúvidas, durante a votação, os mesmos cães de guarda voltaram a ser protagonistas de um momento que deveria ser especial para os eleitores moçambicanos.

Estas situações mostram claramente o verdadeiro sentido do refrão repetido até à náusea pela Frelimo, segundo o qual "vitória organiza-se, a vitória prepara-se". É de lamentar que a referida vitória é conseguida fazendo jogo sujo. Portanto, é vergonhoso e, ao mesmo tempo, revoltante assistirmos o afunilamento das bases legais da democracia ao tamanho de um buraco de uma agulha.

Barclays Moçambique

Algumas, senão todas, instituições bancárias que operam no país são um verdadeiro problema para os moçambicanos. É o caso do Barclays Bank Moçambique que lucrou à custa do sofrimento do povo moçambicano. Ou seja, essa instituição bancária facturou biliões de meticais investindo na Dívida Pública Interna. Aliás, à semelhança de outros bancos comerciais, o Barclays Bank Moçambique continua a encher os seus cofres. É, sem dúvidas, mais um caso para dizer que o país está entregue a sua própria sorte.

Estuprador de crianças

O crescente número de casos de violação sexual de menores de idade é bastante preocupante. Diante dessa situação macabra, urge tomada de medidas severas aos estupradores menores. Não basta apenas prisão, é necessário que estes Xiconhocas sejam castrados. O caso mais recente é do sujeito que aliciou com prato de comida e estuprou duas menores de idade na cidade de Maputo. Este Xiconhoca não merece apenas ser castrado, mas também pena de morte.

Fundo de Fomento à Habitação

O Fundo de Fomento à Habitação (FFH) é, sem dúvidas, o pior problema do Xiconhoca que existe, pois, para além de se mostrar incapaz de construir habitações condignas e baratas para os moçambicanos, perdeu 13,9 milhões de dólares norte-americanos de um financiamento do Governo da Índia destinado a edificação de 400 habitações na província de Tete. Esta situação mostra o quão incompetente é a instituição. Bando de Xiconhocas!

Desporto

Taça CAF: campeão moçambicano despede-se no 3º lugar

O campeão moçambicano despediu-se nesta quarta-feira (29) da Taça da Confederação Africana de Futebol (CAF) com a terceira derrota, em seis jogos, porém o golo de Jimmy, que fez tremar os marroquinos Berkane RS Berkane, garantiu o 3º lugar do Grupo B.

Texto: Adérito Caldeira

A União Desportiva do Songo entrou mal para o relvado do estádio municipal De Berkane, no sexto minuto permitiu que Sibiri Alain Traore abrisse o placar para festa dos adeptos nas bancadas que devem ter pensado que ia ser uma noite de goleada.

Mas a equipa de Nacir Armando, jogando pela honra, equilibrou a partida e voltou do descanso com vontade de complicar as contas da equipa marroquina e, à passagem do minuto 47 o malawiano Jimmy Ukonde fez tremar o estádio.

Mais experientes e determinados a ficarem com a liderança do Grupo o Berkane RS Berkane impôs o seu ritmo que acabou por vencer, graças a um golo de Mohammed Farehane, e classificou-se na 1ª posição com 13 pontos.

O Port Said El Masry do Egito, que derrotou o El Hilal do Sudão por 2 a 0, ficou com o 2º lugar de apuramento para os quartos-de-final.

Os "hidroeléctricos" terminaram a participação inédita numa fase de grupos da Taça CAF no 3º lugar com os mesmos pontos da equipa sudanesa porém com melhor saldo de golos.

Estrela Vermelha chega à fase de grupos da Liga dos Campeões Europeus com Benfica e PSV

Um empate electrizante fora de casa com o Salzburgo permitiu que o campeão sérvio Estrela Vermelha de Belgrado chegasse à fase de grupos da Liga dos Campeões Europeu de futebol pela primeira vez, juntamente com o Benfica e o PSV Eindhoven que venceram as respectivas eliminatórias de acesso.

Texto: Agências

O Estrela Vermelha, que venceu a Taça Europeia em 1991, conseguiu igualar o placar após ficar 2 golos atrás em uma partida de volta emocionante na Áustria, empatando em 2 a 2 e avançando por golos marcados fora de casa.

O Benfica recuperou-se após levar um golo no começo da partida e massacrrou o grego PAOK por 4 a 1, somando 5 a 2 no agregado, enquanto o ex-campeão europeu PSV não teve problemas para vencer o Bate Borisov, da Bielorrússia, marcando no começo e vencendo por 6 a 2 no agregado.

Estas três equipas juntam-se a outras 29 no sorteio da fase de grupos que realiza-se esta quinta-feira no Mónaco.

Composição dos potes:

Pote 1 - Real Madrid (Espanha), Atlético Madrid (Espanha), Bayern Munique

(Alemanha), Barcelona (Espanha), Juventus (Itália), PSG (França), Manchester City (Inglaterra) e Lokomotiv Moscovo (Rússia);

Pote 2 - Borussia Dortmund (Alemanha), FC Porto (Portugal), Manchester United (Inglaterra), Shakhtar Donetsk (Ucrânia), BENFICA (Portugal), Nápoles (Itália), Tottenham (Inglaterra) e Roma (Itália);

Pote 3 - Liverpool (Inglaterra), Schalke 04 (Alemanha), Lyon (França), Mónaco (França), Ajax (Holanda), CSKA Moscovo (Rússia), PSV Eindhoven (Holanda), Valência (Espanha);

Pote 4 - Viktoria Plzen (Rep. Checa), Club Brugge (Bélgica), Galatasaray (Turquia), Young Boys (Suíça), Inter de Milão (Itália), Hoffenheim (Alemanha), Estrela Vermelha (Sérvia) AEK Atenas (Grécia).

Mundo

Confrontos armados retomam-se na capital da Líbia

Os confrontos armados retomaram-se quarta-feira, na capital líbia, subindo de intensidade perto do acampamento militar de Yarmouk, depois de uma progressão das forças de protecção de Trípoli para recuperar o acampamento, que foi conquistado pelo Batalhão 7, nos últimos dias, provando a persistência da tensão entre grupos armados rivais no país.

Texto: Agências

As áreas de Ain Zara e Salaheddine, subúrbios do sudoeste de Trípoli, conheceram uma calma precária, enquanto um impressionante desdobramento de engenhos, equipamentos militares e combatentes se fez sentir na região, indicaram quarta-feira fontes concordantes.

Além disso, testemunhas deram conta de um ataque aéreo, na tarde desta mesma quarta-feira, contra alvos militares pertencentes ao Batalhão 7, em Trípoli.

As mesmas fontes acrescentaram que o bombardeamento visou um alvo perto de Gasr Ben Ghashir, ao sul da capital Trípoli e posições pertencentes ao Batalhão, na estrada entre Wadi Rabii e Gasr Ben Ghashir.

Contudo, o Batalhão 7 conseguiu avançar na mesma tarde de quarta-feira para a sede da Academia de Polícia de Salaheddine, ao sul de Trípoli, segundo fontes de segurança.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

 Telegram
86 450 3076

 E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Boqueirão da Verdade

“Quando eu fui consultar o relatório da Unicef sobre a criança na Zambézia, e conseqüente Quelimane, é aquela que recebe menor bolo do Orçamento do Estado para área da saúde, enquanto nós somos os segundos em termos de população no país. Porquê”, **Manuel de Araújo**

“O Decreto [Decreto 40/2018, de 23 de Julho] não só violam uma série de direitos fundamentais como a Liberdade de Imprensa, de Expressão e o Direito à Informação, como também pode levar à falência a maioria dos órgãos de comunicação social, com maior gravidade para as comunicação social comunitária que tem servido de voz das comunidades e, em muitos casos, o único meio de informação disponível na comunidade. Esta situação pode provocar desemprego a centenas de jornalistas, incluindo correspondentes nacionais de imprensa nacional e estrangeira que têm esta actividade como a sua única fonte de renda, para além de privar as comunidades do acesso à informação”, **MISA Moçambique**

“O que eu perspectivo é que num futuro poderemos voltar para a situação da Constituição de 90, que é para racionalizar a governação

local. Em vez de ter vários órgãos a governar no local, teremos apenas dois órgãos. Um que é o eleito e outro que representa o Estado. Se actualmente, só com a autarquia e o Governo do distrito, há situações de conflito, já dá para imaginar que situações de conflito podemos ter, sobretudo, prevendo casos de não serem cidadãos de mesma filiação partidária a exercerem essas diferentes funções”, **Edson Macuácuá**

“A candidatura de Silvério Ronguane, pelo que sei, encontra-se na mesma situação da candidatura de Venâncio Mondlane [cuja candidatura foi escludida]. Mas a CNE não teria tomado nenhuma posição em relação à mesma alegadamente porque não recebeu nenhuma reclamação a respeito. Ora isto me parece de um absurdo inadmissível porque a Constituição da República que «A supervisão do recenseamento e dos actos eleitorais cabe à Comissão Nacional de Eleições, órgão independente e imparcial...». A Lei da CNE, vem determinar que «entende-se por supervisão a função de, orientar, dirigir, superintender e fiscalizar os actos do processo eleitoral»”, **Teodato Hunguana**

“De entre as competências

atribuídas à CNE: assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos do processo eleitoral, assegurar a igualdade de oportunidade e de tratamento dos partidos políticos e coligações de partidos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes em todos os actos do processo eleitoral e receber e apreciar a regularidade das candidaturas às eleições legislativas e autárquicas. Os dispositivos aqui transcritos não requerem nenhum particular esforço de interpretação para se constatar que a CNE, ao abster-se de conhecer da candidatura de Silvério Ronguane, com fundamento em não ter recebido nenhuma reclamação, violou a Constituição e a lei”, **idem**

“Absteve-se de dirigir e de fiscalizar a conformação com a lei da candidatura de Silvério Ronguane, no que era seu dever de ofício. Ao proceder desse modo tratou de forma discriminatória e prejudicial a candidatura de Venâncio Mondlane e tratou com favoritismo a de Silvério Ronguane. Em duas situações rigorosamente idênticas tratou de forma desigual o Partido RENAMO e o MDM, acabando por, na prática, utilizar «dois pesos e duas medidas». Recusou-

-se a apreciar a regularidade da candidatura de Silvério Ronguane, no que era seu dever de ofício como já referi. Salta à evidência a insustentabilidade da actuação da CNE num caso, e da sua omissão no outro. Em conclusão, é minha convicção que estes problemas, que desde já perigam a liberdade, justiça e transparência do corrente processo eleitoral, poderão encontrar o devido remédio e correcção no Conselho Constitucional como instância última de recurso”, **ibidem**

“Com o crescimento das nossas autarquias, não restam dúvidas que o nível de procura dos vários serviços sociais tendem a aumentar. Nós temos alguns problemas que continuamos a trabalhar neles para combater como é o caso da corrupção, garantir segurança para os nossos munícipes e muito mais”, **Alves Cossa**

“Continuamos a dizer que a decisão da construção da barragem é uma decisão inconsciente, sem ter em conta não só os ganhos económicos como a preocupação com o povo. Se a barragem for construída só mostra a falta de respeito e consideração pelo nosso povo e país. Acreditamos que se a

barragem for construída só vai trazer desgraças para o povo, para o ecossistema e nenhum benefício para o país”, **Anabela Lemos**

“Para nos tornarmos mais competitivos precisamos urgentemente de maximizar as vantagens que temos preparando-nos atempadamente para responder a necessidade de mais energia do país e aproveitarmos as oportunidades comerciais que os mercados emergentes da região oferecem, é neste contexto que o Governo presta atenção especial ao projecto de Mpanda Nkuwa e a linha de transporte de energia eléctrica Tete – Maputo”, **Filipe Nyusi**

“A linha e a central hídrica de Mpanda Nkuwa é um empreendimento estruturante que permite por um lado acelerar o processo de acesso universal de energia a população e por outro a maximização da exportação de energia para a região neste âmbito o Governo irá criar um Unidade Técnica de implementação e as empresas EDM e HCB são as únicas mandatadas para o desenvolvimento do projecto, podendo para o efeito buscar recursos necessários e estabelecer parcerias estratégicas”, **idem**

Mundo

Angola vai receber 1500 milhões de dólares por ano do FMI

Depois de um primeiro passo em falso, dado em 2016, Angola acabou por pedir o apoio financeiro do FMI ao abrigo de um Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility, EFF na sigla em inglês). Em termos monetários, Luanda vai poder aceder a cerca de 1500 milhões de dólares por ano (cerca de 1290 milhões de euros), calculado de acordo com a sua quota no FMI.

Texto: Público de Portugal

O valor foi adiantado na sexta-feira pelo ministro das Finanças, Archer Manguera, citado pela agência angolana Angop, e está em linha com o cálculo de instituições financeiras como o BPI. Numa nota sobre Angola divulgada sexta-feira, o BPI estima que a taxa de juro associada “não seja superior a 3,5%”, o que é um valor bastante positivo.

O montante final, no entanto, deverá ser confirmado oficialmente apenas em Outubro, quando uma delegação do FMI se deslocar a Luanda para negociar o programa com as autoridades oficiais, faltando também saber se a duração será de dois ou de três anos. Normalmente, a duração do EFF é de três anos, podendo ser alargado por mais 12 meses. Para já, o Ministério das Finanças fala num período de dois anos, que pode depois passar a três.

De acordo com as regras do FMI, o em-

préstimo está condicionado à aplicação de medidas que ajudem a resolver os problemas económicos estruturais do país em questão.

Reformas no terreno

Neste caso, a intervenção do FMI vai surgir ligada à implementação das reformas conduzidas pelo Governo do Presidente João Lourenço, através do Programa de Estabilização Macroeconómica e do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Um dos grandes objectivos é diminuir a dependência do petróleo, com uma maior diversificação económica e fiscal (uma novidade é a introdução do IVA, que deverá ocorrer em 2019).

A braços com diversas dificuldades, agravadas pela baixa do preço do petróleo registada nos últimos anos, visíveis na falta de divisas e quebras nas importações (o

que tem afectado empresas portuguesas e a balança comercial nacional), Angola já tinha pedido no primeiro semestre deste ano o acesso a um outro mecanismo do FMI, mas sem a componente financeira (Policy Coordination Instrument - PCI).

Esta semana, no entanto, e após uma visita do FMI a Luanda que decorreu entre os dias 1 e 14 de Agosto, foi comunicado que a intervenção do Fundo seria feita através do EFF.

Se as negociações forem concluídas com sucesso, esta será a segunda intervenção no País, e a mais profunda, depois de uma primeira experiência que ocorreu em 2009 (também por via do baixo preço do petróleo na sequência da grande recessão que se iniciou nos EUA em 2007-2008). Na altura, a assistência dada pelo FMI foi realizada por via de um Stand-By Arrangement (SBA) e envolveu o empréstimo de 1400 milhões de dólares.

Crescimento ténue

Em 2016, pela primeira vez, Angola iniciou o processo para o pedido de intervenção via EFF, mas acabou por desistir poucos meses depois, muito provavelmente por causa das eleições presidenciais que se realizaram em Agosto de 2017 (e que oficializaram a sucessão de José Eduardo dos Santos por João Lourenço). Numa análise ao país divulgada no passado mês de Junho, o FMI critica a postura de Luanda nesse período, afirmando que “a quebra dos preços do petróleo e um conjunto insustentável de políticas às vésperas das eleições de Agosto de 2017 colocaram a economia angolana sob pressão”.

Neste momento, e mesmo com uma recuperação do preço do barril do petróleo, a economia angolana está a crescer menos do que o esperado. Depois do recuo de 2016 (-0,8%), e de um crescimento de apenas 1% em 2017, o FMI estima que este ano o PIB aumente 2,2%, ainda muito alavancado pelo sector petrolífero.

Colisão entre comboio e camioneta mata em Nampula

Quatro pessoas morreram quando a viatura em que seguiam viagem colidiu violentamente com um comboio de carga, na noite de sexta-feira (24), na cidade de Nampula.

Texto: Redacção

O acidente aconteceu por volta das 19h00 numa passagem de nível sem guarda, no bairro de Natiquire. O carro, que transportava combustível e sacos de sal, ficou completamente irreconhecível.

As autoridades policiais acreditam que o condutor da camioneta distraiu-se e ao tentar passar pela linha férrea e foi violentamente colhido pela locomotiva, que na altura transportava carvão mineral.

Por conseguinte, os quatro ocupantes que seguiam viagem na viatura não sobreviveram. Três morreram no local e a quarta vítima, por sinal o motorista, no Hospital Central de Nampula (HCN).

O porta-voz daquela unidade sanitária, Frederico Sebastião, confirmou que o automobilista morreu no leito hospitalar quando se tentava reanimá-lo.

Segundo o profissional de saúde, a vítima contraiu lesões muito graves e sofreu amputação de um dos membros.

Ele comentou ainda que um acidente daquela natureza pode ter resultado da inobservância das regras elementares de trânsito.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com



Governo adia implementação do Decreto 40/2018 em Moçambique

O Governo de Filipe Nyusi concordou em protelar a implementação do Decreto 40/2018 que visa a cobrança de taxas astronómicas para o exercício da Liberdade de Imprensa em Moçambique. Paralelamente as empresas de mídia privados e organizações da sociedade civil continuam a batalhar pela revogação do dispositivo legal está em vigor desde a semana passada e também viola o Direito à Informação dos moçambicanos.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Autárquicas 2018: Sociedade civil insta CNE a abster-se de preparar eleições em prejuízo de alguns partidos políticos e eleitores

Algumas organizações da sociedade civil moçambicana disseram, na sexta-feira, em Maputo, que acompanham com preocupação a direcção e fiscalização dos actos eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Consideraram, também, referindo-se à exclusão do cabeça-de-lista da Renamo, Venâncio Mondlane, e da Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM), encabeçada por Samora Machel Júnior, das eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo, que aquele órgão tem estado a tomar decisões "controversas e com possíveis implicações" nas negociações sobre a "paz e estabilidade social".

Texto & Foto: Emildo Sambo

Elas receiam ainda que, pelo facto de aquele órgão de gestão eleitoral ser constituído por membros de formações políticas e da sociedade civil, haja favorecimento de grupos que detém a maioria de membros.

A CNE é um órgão do Estado, ao qual compete, entre outras funções, supervisionar o recenseamento e os actos eleitorais, de forma independente e imparcial.

Ela constituída por dezassete vogais, sendo um presidente e dois vice-presidentes, distribuídos da seguinte maneira: cinco da Frelimo, quatro da Renamo, um do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e sete membros das organizações da sociedade civil.



Baltazar Fael, do Centro de Integridade Pública (CIP) – uma das seis agremiações que compõem a associação "Votar Moçambique" – disse que "as decisões que têm sido tomadas pela CNE são de cunho político", o

que resulta do facto de ela ser composta "por membros de partidos políticos". Estes, durante a verificação de processos, defendem os interesses das suas formações políticas.

continua Pag. 06 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 05 - Governo adia implementação do Decreto 40/2018 em Moçambique

À parte dos argumentos do Executivo sobre a necessidade de taxar a actividade dos órgãos de comunicação social no nosso país o facto é que a entrada em vigor do Decreto 40/2018, de 23 de Julho, limita os Direitos Constitucionais de Liberdade de Imprensa e à Informação ao pagamento de avultados valores monetários que não têm paralelo em nenhum outro lugar do mundo.

Na passada sexta-feira (24) os responsáveis do Governo pela Comunicação Social, o Gabinete de Informação (GABINFO), concordaram com as empresas de mídia privados e organizações da sociedade civil, num encontro de mediação promovido pelo Provedor de Justiça, que a aplicação do novo dispositivo legal vai ser adiada, afinal a sua implementação está ainda dependente da existência de regulamentação que ainda não existe.

No entanto o @Verdade apurou que as empresas de mídia privados e organizações da sociedade civil, lideradas pelo MISA Moçambique, reiteraram a solicitação já efec-



tuada ao Provedor de Justiça para que “apadrinhe” um pedido de inconstitucional do diploma legal.

Mas porque formalmente o Decreto 40 foi aprovado e entrou em vigor sem prévia consulta aos órgãos de informações e aos próprios jornalistas, como aliás tem sido

reconhecido pelo GABINFO, o Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA, acrónimo em inglês) Moçambique pondera recorrer ao primeiro-ministro e à Assembleia da República para a revogação do dispositivo legal.

Entretanto as empresas de

mídia privados e organizações da sociedade civil iniciaram um processo de diálogo com o GABINFO que esperam possa culminar com um novo dispositivo legal que estabeleça algumas taxas, em montantes condizentes com a realidade financeira da Comunicação Social moçambicana, e revogue o Decreto 40/2018, de 23 de Julho.

“As taxas além de serem altas estão a taxar coisas que não devem ser taxadas”

Ao contrário de outras actividades socioeconómicas, onde o sector privado moçambicano pode estabelecer parcerias com investidores estrangeiros que podem deter mais do que 50 por cento do capital social das sociedades comerciais, a Lei de Imprensa determina que na propriedade dos órgãos de informação “a participação directa e indirecta de capital estrangeiro só pode ocorrer até à proporção máxima de 20 por cento do capital social” e ainda ressalva que “tratando-se de sociedades anónimas, todas as acções deverão ser nominati-

vas”, portanto o ambiente de negócio de mídia em Moçambique é limitado e controlado pelo Governo.

“Não recusamos as taxas, mas o processo que conduziu ao Decreto 40” afirmou o director do MISA Moçambique, Ernesto Nhanale, após o encontro com o GABINFO no gabinete do Provedor de Justiça acrescentando que “As taxas além de serem altas estão a taxar coisas que não devem ser taxadas”.

É que a tabela de taxas pelo licenciamento e registo de imprensa estabelece uma “credencial para exercício da actividade de imprensa” em Moçambique que custa 100 mil meticais e tudo indica que poderá ser cobrada a cada profissional do jornalismo moçambicano.

O Decreto 40/2018, de 23 de Julho estabelece ainda uma taxa de 200 mil meticais para quaisquer “Publicações de natureza informativa” seja de imprensa escrita, radiofónica, televisiva ou mesmo numa plataforma digital, abrangido páginas na internet ou mesmo nas redes sociais.

→ continuação Pag. 05 - Autárquicas 2018: Sociedade civil insta CNE a abster-se de preparar eleições em prejuízo de alguns partidos políticos e eleitores

Segundo os elementos do “Votar Moçambique”, aquele órgão deve assegurar que “os processos eleitorais sejam participativos e os protagonistas sejam os partidos políticos e os eleitores”, com vista a que o escrutínio de 10 de Outubro decorra num “clima de paz e serenidade”.

Na semana finda, a CNE excluiu Venâncio Mondlane das eleições por conta de uma contestação do MDM, que evocou como fundamento o facto de aquele ter renunciado ao mandato em 2015 para ser parlamentar. A AJUDEM também foi afastada por pretensa insuficiência de suplentes.

Não obstante o candidato do MDM, Silvério Ronguane, pelo município da Matola, estar na mesma situação, a CNE absteve-se de analisar a candidatura do visado supostamente por não ter recebido reclamação a respeito da mesma.

Neste contexto, as organizações que integram o “Votar Moçambique” estão de olhos no Conselho Constitucional (CC) e esperam que a sua deliberação em relação ao tratamento que a CNE deu às candidaturas anteriormente referidas seja “ponderada e salvede os superiores interesses do país”.

O grupo salientou que as decisões que têm sido tomadas pelo órgão eleitoral são “controversas e com possíveis implicações no alcance da paz, estabilidade social e participação dos cidadãos (...)”.

Standard Bank apoia e acarinha utentes do Infantário da Matola

Colaboradores do Standard Bank realizaram, no sábado, 25 de Agosto, uma acção de beneficência no Infantário da Matola, na província de Maputo, que consistiu na pintura dos dormitórios, limpeza e doação de roupa, calçado, material de higiene e limpeza, bem como produtos alimentares não perecíveis.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para além destas actividades, inseridas no âmbito das acções de responsabilidade social dos colaboradores do Standard Bank, associadas às celebrações dos 124 anos de implantação do banco em Moçambique, estes confeccionaram alimentos e almoçaram com os utentes do infantário, que acolhe, neste momento, 93 crianças e adultos, 82% dos quais com necessidades especiais.

Com esta iniciativa, os colaboradores pretendiam proporcionar um dia diferente e especial aos utentes do infantário, que chegam àquele local através da Direcção Provincial de Acção Social de Maputo, partindo das esquadras e das delegações do Instituto Nacional da Acção Social (INAS).

“Decidimos proporcionar um dia diferente aos utentes deste infantário, oferecendo o que é mais importante para nós: amor e carinho. É muito gratificante passar o dia com eles, pois dificilmente vêem outras pessoas, para além das que fazem parte do seu meio”, afirmou o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela.

O Infantário da Matola tem beneficiado das acções de responsabilidade social corporativa do Standard Bank, desde 2016, ano em que recebeu do banco um cheque no valor de 200 mil meticais, para suprir parte das suas



necessidades.

Relativamente às acções realizadas no sábado, Alfredo Mucavela disse terem sido gratificantes, principalmente por terem contribuído para alegrar as crianças: “É uma sensação de alegria ter confraternizado com estas crianças, às quais prometemos voltar num outro dia”.

Por seu turno, Paulo Sérgio, director do infantário, enalteceu o gesto dos colaboradores do Standard Bank, que, no seu entender,

demonstra a sua preocupação com o bem-estar das crianças, em particular as portadoras de necessidades especiais. O Standard Bank e os seus colaboradores já são amigos do Infantário da Matola. Esta não é a primeira vez que vêm aqui transmitir carinho e afecto aos meninos. Sempre estiveram connosco, dando o seu contributo no atendimento a crianças com necessidades especiais”, considerou Paulo Sérgio, que afirmou que os donativos vão ajudar a suprir as necessidades da instituição.

António Muchanga, carinhosamente tratado por Tony, de 12 anos de idade, é um dos utentes do Infantário da Matola. Para si, mais do que os donativos, os colaboradores do Standard Bank levaram àquele local algo mais importante: o amparo: “Foi muito bom terem passado o dia connosco. O carinho e a ajuda dos tios são muito importantes para nós e transmitem-nos a sensação de protecção. Que venham mais vezes, as portas estarão sempre abertas”, referiu o pequeno Tony.

Jovem detido por estuprar crianças em Maputo

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve um jovem acusado de aliciar duas crianças com alimentos e abusá-las sexualmente, no bairro de Laulane, arredores da cidade de Maputo.

Texto: Redacção

As vítimas têm 13 e 15 anos de idade. O caso aconteceu há dias, mas o indiciado, de 32 anos de idade, foi recolhido aos calabouços no último fim-de-semana.

Para lograr os seus intentos, "ele aliciou as meninas com prato de comida. Por vezes, ameaçava a elas para não denunciarem os abusos a que estavam sujeitos", apurou o @Verdade de uma fonte próxima das vítimas.

Leonel Muchina, porta-voz da PRM, na capital do país, confirmou o facto. Até ao fecho desta edição, o suspeito estava a ver sol aos quadrinhos na 14.ª esquadra, em Laulane.

O jovem, cuja identidade assim como das vítimas omitimos por razões óbvias, confessou o crime e alegou que se sentiu atestado e seduzido pelas referidas crianças.

Ele justificou ainda que se conteve para não manter cópula forçada com as miúdas, mas não pôde evitar porque mantinha contacto constante com elas.

Por já não suportar a situação que tendia a ser frequente, uma das miúdas decidiu revelar o facto a uma vizinha e, por via dela, a informação propagou-se até chegar aos ouvidos dos familiares.

Enquanto isso, as autoridades policiais estão no encalço de um homem que também estupro a sua enteada de pouco mais de um ano, no bairro de Mukhatine, no distrito de Marracuene.

Aliás, o caso gerou indignação nos vizinhos, supostamente porque o abusador sexual estava detido mas foi restituído à liberdade a pedido da mãe da vítima.

Por sua vez, a referida mulher contou que teria sido pressionada pelos familiares do seu marido, os quais alegaram que ela iria passar por necessidades caso o acusado continuasse preso.

Investimento na Dívida Pública Interna rendeu mais de 4 biliões de meticais ao Barclays Moçambique



O Barclays Bank Moçambique, tal como os restantes "big five" da banca comercial nacional, obteve no ano de 2017 os seus melhores resultados financeiros de sempre investindo na Dívida Pública Interna que lhe geraram rendimentos superiores a 4 biliões de meticais.

Texto & Foto: Adérito Caldeira [continua Pag. 08](#) →

Autárquicas 2018: Renamo recorre à CNE por causa da exclusão de Venâncio Mondlane

O partido Renamo, o maior da oposição, submeteu, na segunda-feira (27), à Comissão Nacional de Eleições (CNE), um recurso por conta da exclusão do seu cabeça-de-lista, Venâncio Mondlane, das eleições de 10 de Outubro próximo. A formação política entende que o órgão eleitoral está equivocado no que diz respeito à interpretação da lei, a sua decisão é ilegal e viola a Constituição da República de Moçambique.

Texto: Emildo Sambo

A reprovação da candidatura de Venâncio Mondlane à presidência do Conselho Autárquico de Maputo resultou da contestação do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Este apoiou-se no artigo 13 [sobre a incapacidade eleitoral passiva] da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto, o qual não permite que cidadãos que tenham renunciado ao mandato imediatamente anterior sejam elegíveis para órgãos autárquicos.

Porém, apenas na última sexta-feira (24) a "perdiz" foi notificada da decisão da CNE, tomada entre 18 e 20 de Agosto prestes a findar.

Venâncio Mondlane era militante do "galo". Em 2015, ele renunciou ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Maputo (AMM), porque nas eleições gerais de 2014 foi eleito

deputado da Assembleia da República (AR).

Todavia, desde Junho deste ano, ele é membro da Renamo. Apesar da sua alegada condição de inelegibilidade, o MDM tinha confiado nele como seu cabeça-de-lista para a autarquia de Maputo, mas rejeitou. O facto criou críspação entre o político e o seu antigo partido.

O mandatário da Renamo, André Magibire, disse, após a interposição de recurso à CNE, que a exclusão de Venâncio Mondlane constitui "uma ilegalidade". O órgão eleitoral está a agir com base na Lei n.º 7/2013, de 22 de Fevereiro, ora revogada.

Paulo Cuinica, porta-voz da CNE, justificou, há dias, que o artigo evocado pelo MDM para sustentar a sua reclamação "transitou da Lei n.º 7/2013, de

22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 10/2014, de 23 de Abril".

A n.º 1 do artigo 14 da Lei n.º 7/97, de 31 de Maio, juntou Cuinica, estabelece que no período de tempo que resta para a conclusão do mandato interrompido e no subsequente período de tempo correspondente a novo mandato completo, "os membros dos órgãos da autarquia local, objecto do decreto de dissolução bem como os que hajam perdido o mandato, não poderão desempenhar as funções em órgãos de qualquer autarquia, nem ser candidatos nos actos eleitorais para os mesmos".

O recurso da Renamo à CNE está previsto no artigo 25 da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto, e é feito "no prazo de três dias", contados a partir do dia da notificação

[continua Pag. 08](#) →

VERDADE

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Investimento na Dívida Pública Interna rendeu mais de 4 biliões de meticals ao Barclays Moçambique

As medidas de Política Monetária que o Banco de Moçambique começou a aplicar em finais de 2016 para supostamente conter a crise económica e financeira que o nosso país começou a viver na sequência da descoberta das dívidas ilegais das empresas

emitir cada vez mais para financiar o défice orçamental resultante da suspensão do apoio directo ao Orçamento de Estado pelos Parceiros de Cooperação

À semelhança do Banco Comercial e de Investimentos

apurou que no ano passado os rendimentos líquidos foram modestos com serviços e comissões bancárias e acompanhou a redução de crédito à economia retirando mais de 4 biliões do mercado.

O rácio de transformação deste banco de capitais britânicos despencou de 70,22 para apenas 48,07 por cento indicando que o Barclays empresta pouco dos depósitos que captou em Moçambique no ano passado.

17. Activos financeiros disponíveis para venda

	2017	2016
Bilhetes de tesouro		
Banco	5 314 411	2 810 069
	5 314 411	2 810 069
Obrigações de tesouro		
Banco	2 177 445	425 242
	2 177 445	425 242
Outros		
Participações financeiras - ao custo	41 173	41 173
	41 173	41 173
Total de activos financeiros disponíveis para venda	7 533 029	3 276 484
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	3 276 484	4 867 529
Adições	9 270 800	5 295 497
Juros	1 512 252	458 917
Titulos vencidos	(6 555 450)	(7 303 970)
Ganhos/(Perdas) de justo valor durante o exercício	28 943	(41 489)
Total de activos financeiros disponíveis para venda	7 533 029	3 276 484

A linha outros é referente a participação do BSM no capital da SIMO, Sociedade Interbancária de Moçambique, gestora do sistema de cartões, participação de capital não listada na bolsa de valores e a 31 de Dezembro de 2017 estava registado ao custo de MZN 41 173 milhares (2016: 41 173 milhares de Meticals) e o Banco detinha 7,97524% (411.730 acções contra 5.162.602 de acções emitidas).

Proindicus e MAM contribuíram em grande medida para os lucros bilionários que os bancos comerciais têm estado a obter desde então.

(BCI), do Millennium BIM, do Standard Bank e do Moçambique o Barclays Bank Moçambique também investiu massivamente em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro.

É que essas medidas pressionaram a subida galopante das taxas de juro, mais do que triplicaram, que servem de referencia para a remuneração dos Titulos do Tesouro que o Governo de Filipe Nyusi começou a

Analizando as Demonstrações Financeiras da instituição financeira que é presidida pela antiga primeira-ministra de Moçambique, Luísa Diogo, o @Verdade

Em 2017 "big five" da banca comercial ganharam mais de 34 biliões de meticals

Todavia, e depois de ter fechado o exercício de 2016 com uma carteira de Titulos do Tesouro no montante de 3,2 biliões de meticals, o Barclays mais do que duplicou os seus investimentos na Dívida Pública Interna fechando o ano de 2017 com mais de 7,4 biliões de meticals em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro o que lhe permitiu quase duplicar a margem financeira de 2,6 biliões para mais de 4 biliões de meticals.

Fruto destes rendimentos o resultado do exercício duplicou e ultrapassou o bilião de meticals, pela primeira vez desde que entrou no mer-

Barclays Bank Moçambique, S.A.
(Número de Matrícula da Conservatória de Registo de Entidade Legal de Maputo: 8321)
para o ano findo em 31 de Dezembro de 2017

Demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Juros e rendimentos similares	4 5 226 543	3 295 701
Juros e encargos similares	(1 474 484)	(641 989)
Margem financeira	4 052 059	2 653 712
Rendimentos com serviços e comissões	559 220	560 302
Encargos com serviços e comissões	(204 348)	(165 413)
Rendimento líquido com serviços e comissões	354 872	394 889
Resultados de operações financeiras	372 134	684 146
Outros resultados de exploração	7 552	5 679
Produto bancário	4 786 617	3 738 426
Imparidade de crédito e outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações	(279 058)	(494 753)
Rendimento operacional	4 507 559	3 243 673
Custos com pessoal	(1 434 655)	(1 134 495)
Custos de infraestrutura	(719 584)	(647 226)
Gastos gerais administrativos	(814 330)	(722 133)
Custo operacional	(2 968 569)	(2 503 854)
Resultado antes de impostos	1 538 990	739 819
Imposto sobre o rendimento	(436 275)	(164 794)
Resultado líquido do exercício	1 102 715	575 025
Outros rendimentos integrais do exercício		
Itens que não podem posteriormente ser reclassificados para lucro ou prejuizo:		
Varição da responsabilidade com benefícios a empregados	(27 789)	(33 980)
	(27 789)	(33 980)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para lucro ou prejuizo:		
Varição da reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	29 207	(28 213)
	29 207	(28 213)
Imposto	(454)	-
Total de outros rendimentos integrais do exercício, líquido do imposto	964	(62 193)
Rendimento integral do exercício, líquido do imposto	1 103 679	512 832
Resultado por acção Básico / diluído (MZN por acção)	14	10,38

cado moçambicano há uma década, depois de sucessivos exercícios com prejuizos e resultados modestos nos anos mais recentes.

Detendo aproximadamente 6 por cento do total da Dívida

Pública Interna o Barclays mais os outros quatro principais bancos comerciais que operam em Moçambique ganharam, no segundo ano da crise que está a esmifrar os moçambicanos, mais de 34 biliões de meticals.

→ continuação Pag. 07 - Autárquicas 2018: Renamo recorre à CNE por causa da exclusão de Venâncio Mondlane

[24/08/2018].

ARTIGO 25
(Reclamações e recursos)

1. Da deliberação contendo aceitação ou rejeição das listas referidas no artigo 23 da presente Lei, os proponentes podem reclamar junto à Comissão Nacional de Eleições, no prazo de três dias.
2. Da decisão relativa à reclamação sobre a deliberação de rejeição das candidaturas e das respectivas listas referida no número anterior podem recorrer ao Conselho Constitucional, no prazo de três dias.
3. Os recursos são interpostos à Comissão Nacional de Eleições que, no prazo de cinco dias se pronuncia e instrui o processo juntando todos os documentos da apresentação de candidatura e remete-o ao Conselho Constitucional.
4. O Conselho Constitucional delibera no prazo de cinco dias, notificando a Comissão Nacional de Eleições e o recorrente e demais interessados.

Para André Magbire, para além de a Lei n.º 7/2013, de 22 de Fevereiro, estar revogada, a Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho, atinente à Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique, estabelece, no número 2 do artigo 311, que "as eleições autárquicas convocadas para o mês de Outubro de 2018 realizam-se ao abrigo do regime previsto" na própria Constituição.

TÍTULO XVII
Disposições Transitórias e Finais

ARTIGO 311
(Disposições transitórias)

1. As disposições relativas aos órgãos de governação Provincial, nos termos previstos na Constituição da República, entram em vigor com a realização das eleições que terão lugar no ano de 2019.
2. As eleições autárquicas convocadas para o mês de Outubro de 2018, realizam-se ao abrigo do regime previsto na presente Constituição da República.
3. As primeiras eleições distritais, nos termos previstos na Constituição da República, têm lugar no ano de 2024.
4. Até a realização das primeiras eleições distritais nos termos previstos no número 3 do presente artigo, o Administrador de Distrito é nomeado pelo Ministro que superintende a área da Administração Local do Estado, consultado o Governador da Província.

- 169 -

Neste contexto, prosseguiu Magbire, a Renamo espera que o Conselho Constitucional (CC) recorra "ao seu mais alto critério" de decisão para dirimir este caso. Por sua vez, a CNE deverá, dentro de cinco dias, "pronunciar-se e instruir o processo" relativo ao recurso da "perdiz" e submetê-lo ao CC. Este terá, também, cinco dias para deliberar e comunicar ao órgão eleitoral, ao recorrente e aos demais interessados.

Refira-se que a deliberação daquele órgão não abre espaço para objecção e/ou impugnação.

Polícia prende colegas por assalto à mão armada em Gondola

Três membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) foram detidos pelos próprios colegas, no sábado (25), no distrito de Gondola, província de Manica, por alegado assalto à mão armada e roubo de pelo menos 20 mil meticals numa residência.

Texto: Redacção

Sem autorização para efectuar diligências, os acusados dirigiram-se à referida casa, onde ameaçaram os proprietários com recurso a uma pistola e algemas.

O Comando Provincial da PRM, em Manica, disse que o episódio ocorreu na sexta-feira (24) e distanciava-se dos actos praticados pelos colegas, bem como desencoraja-os.

Segundo Elsidia Filipe, porta-voz da corporação naquele ponto do país, tais actos mancham a imagem da Polícia e pode descredibilizar o seu trabalho perante os cidadãos.

Ela disse também que é preciso ser implacável na penalização de membros da PRM que se envolvem no mundo do crime.

Um dos agentes da corporação admitiu que ele e os colegas fizeram-se à referida habitação sem autorização para o efeito. Porém, não se apoderaram de dinheiro algum e a arma de fogo não foi usada.

Num outro desenvolvimento, o indiciado confirmou ainda que a deslocação à casa em questão não era do conhecimento dos superiores hierárquicos do grupo.

Incêndio em hotel no nordeste da China deixa pelo menos 18 mortos

Pelo menos 18 pessoas morreram no sábado e outras 19 ficaram feridas por conta de um incêndio ocorrido num hotel spa na cidade de Harbin, no nordeste da China, informou a televisão estatal chinesa "CCTV".

O incêndio começou às 4h36 (hora local) no hotel Beilong Hotspring Leisure por motivos que ainda desconhecidos, e mais de 100 bombeiros trabalharam durante mais de três horas até extinguir o fogo.

As autoridades chinesas asseguraram que já iniciaram a investigação para esclarecer a tragédia e que os

feridos foram levados para hospital onde recebem assistência médica.

Em imagens transmitidas pela "CCTV", pode-se observar que vários edifícios do complexo hoteleiro ficaram totalmente carbonizados, afetando uma área de aproximadamente 400 m².

Harbin, capital da província de Heilongjiang, na fronteira com a Rússia, é conhecida por receber no inverno o Festival de Gelo e Neve, o maior deste tipo no mundo. A cidade costuma receber a cada inverno, mais de 1 milhão de turistas, na sua maioria chineses, atraídos pelas colossais estátuas de água congelada e neve com forma de

templos, palácios ou budas.

As medidas de segurança contra incêndios em imóveis na China foram colocados em dúvida em muitas ocasiões, especialmente após a morte de 19 pessoas, entre eles oito crianças, num incêndio em um edifício ao sul de Pequim ocorrido em Dezembro do ano passado.

Mais de 12 mil empregados do Estado faltaram à prova de vida em 2017

Pelo menos 12.077 funcionários e agentes do Estado não se submeteram à prova anual de vida, em 2017, revelou na terça-feira (28) a porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana.

Texto: Redacção

Daquele número, 513 empregados "foram efectivamente suspensos" por se ter detectado que eram ilegais e os "seus salários correspondem a pouco mais 28.739.127 meticais".

Relativamente aos restantes funcionários e agentes do Estado que "gizetaram" o processo, decorre a confirmação da sua situação, disse Ana Comoana, que também é vice-ministra da Cultura e Turismo.

O Governo registou 323.748 (96,4%) funcionários e agentes do Estado que realizaram a prova de vida, de um total de 335.825 funcionários que estavam previstos, prosseguiu ela.

Todavia, "o Conselho de Ministros apreciou positivamente o balanço da realização da prova de vida" em apreço.

Durante o processo, o Governo tem capacitado os gestores de recursos humanos, entre outras acções que assegurem melhor gestão e controlo dos funcionários e agentes do Estado.

HCB abandona Central Norte e prioriza a megalómana barragem de Mphanda Nkuwa

O PCA da HCB, Pedro Couto, anunciou nesta terça-feira (28) o abandono do projecto de construção da Central Norte, orçada em 700 milhões de dólares para gerar 1250 megawatts, e assumiu, como resultado de "consenso ao nível estratégico governamental, de que é necessário dar-se a prioridade a Mphanda Nkuwa". Uma nova barragem que deverá produzir 1500 megawatts mas está orçada em 2,3 biliões de dólares norte-americanos e com grandes impactos no ecossistema do rio Zambeze.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Intervindo na reunião anual sobre a performance da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), Pedro Couto assumiu o repto lançado na semana passada pelo Presi-

continua Pag. 10 →

200 milhões de dólares depois Aeroporto de Maputo elevado a Categoria IV, porém perdeu tráfego de aviões e passageiros



Após investimentos de cerca de 200 milhões de dólares norte-americanos o Aeroporto Internacional de Maputo recebeu Certificação de Categoria IV que o habilita a receber aviões de grande porte, como por exemplo os Airbus 340 ou os Boeing 747, no entanto voltou a perder tráfego de aeronaves e de pessoas pelo terceiro ano consecutivo.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 10 →

Autárquicas 2018: Frelimo ocupa primeiro lugar no boletim de voto, seguida pelo MDM e pela Renamo

Os três partidos políticos que concorrem em todos os 53 municípios do país, a Frelimo, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e a Renamo, vão ocupar a primeira, segunda e terceira posição, respectivamente, no boletim de voto para as eleições de 10 de Outubro próximo, determinou o sorteio realizado na terça-feira (28), em Maputo, pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Texto & Foto: Emildo Sambo

Aquelas formações políticas, por sinal únicas com assento na Assembleia da República (AR), foram as primeiras a conhecerem a sua sorte no boletim de voto.

Nas eleições autárquicas de 2013, as quais foram boicotadas pela Renamo, a Frelimo e o MDM ficaram em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

Para Alcídio Nguenha, representante da Frelimo, ocupar o primeiro lugar no boletim de voto significa "bênção, glória e triunfo". Mas, mais do que correr, é preciso "apresentar ideias e projectos" claros de desenvolvimento (...).

Segundo ele, as eleições autárquicas "estão ligadas ao processo de garantia da paz efetiva no país", cujo diálogo para o efeito é levado a cabo pelo Governo e pela Renamo.

José de Sousa, mandatário da MDM, considerou que a posição em que o



seu partido se encontra vai facilitar persuasão do eleitorado a votar nele.

André Magibire, mandatário da Renamo, recorreu à bíblia para metaforizar o terceiro lugar: "Jesus Cristo ressuscitou no terceiro dia (...), mas o que é preciso é trabalho" para vencer no dia 10 de Outubro.

Na presença dos respectivos mandatários, foram sorteados 21 partidos políticos, coligações de formações políticas e dos grupos de cidadãos eleitores candidatos ao escrutínio

que se avizinha.

Refira-se que as quintas eleições autárquicas serão realizadas com base num "sistema de lista", que consiste na escolha dos membros da assembleia autárquica e o cabeça da lista vencedora será proclamado presidente do conselho autárquico de onde concorre. Este facto obriga que a organização dos concorrentes nas listas e nos boletins de voto seja diferente daquela que era observada nos escrutínios anteriores.

continua Pag. 10 →



→ continuação Pag. 09 - 200 milhões de dólares depois Aeroporto de Maputo elevado a Categoria IV, porém perdeu tráfego de aviões e passageiros

Em modernização desde 2009, “O Aeroporto de Maputo teve três fases, a primeira foi a da construção do Terminal Internacional, a segunda fase teve várias obras incluindo o Terminal Doméstico, a terceira fase foi a área de manobras”, resumiu Emanuel Chaves à margem da cerimónia de atribuição do Certificado Operacional que atesta o cumprimento integral dos requisitos exigidos a nível internacional para um aeroporto de Categoria IV.



Em declarações ao @Verdade o Presidente do Conselho de Administração (PCA) dos Aeroportos de Moçambique precisou que toda modernização custou “aproximadamente 200 milhões de dólares norte-americanos”, dos quais 65 milhões foi o custo da última fase que compreendeu intervenções, “na área de manobras a pista, na placa de estacionamento doméstica, na modernização do sistema de iluminação,

na nova placa de estacionamento no terminal de cargas, para além de todos os estudos que antecederam o processo”.

O PCA dos Aeroportos de Moçambique, empresa que fechou o exercício de 2016 com um passivo bancário de 17,8 biliões de meticais e estava sem capacidade para cumprir com as amortizações acordadas, esclareceu ainda ao @Verdade que: “As duas primeiras fases foram com financiamento da China, esta última foi financiamento da Agência Francesa para o Desenvolvimento e do banco Europeu de Investimento”.

O @Verdade apurou que junto do Export-Import (Exim) Bank da China os Aeroportos de Moçambique conseguiram um empréstimo concessional de cerca de 100 milhões de dólares norte-americanos e um segundo, mais 23,3 milhões de dólares, como crédito comercial. Porém no fecho das contas de 2016 a estatal estava a reestruturar o segundo crédito pois tinha falhado a amortização de duas prestações.

Já os 44 milhões de dólares do financiamento concedido pela Agência Francesa para o Desenvolvimento foram obtidos pelo Estado moçambicano e repassados aos Aeroportos de Moçambique através de um acordo de retrocessão.

Aeroporto Internacional da Beira aguarda auditoria para ser Certificado

O PCA do Instituto da Aviação Civil de Moçambique (IACM), João de Abreu Martins, afirmou no evento que aconteceu nesta segunda-feira (27) que: “Ainda que existam algumas não conformidades o IACM julga que estão reunidas as condições para a concessão do Certifi-



cado e para uma operação segura e cabal”.

Para além de Maputo é também aeroportos Certificado de Categoria IV o Aeroporto Internacional de Nacala, que no entanto continua sem receber voos intercontinentais e no ano passado ainda viu as Linhas Aéreas de Moçambique reduzirem a frequência de voos.

João de Abreu Martins disse

ao @Verdade que o Aeroporto Internacional da Beira, fruto dos investimentos na sua reabilitação, já reúne as condições para ascender da Categoria III para IV no entanto ainda será objecto da necessária auditoria para que possa ser Certificado.

O responsável máximo pela Aviação Civil no nosso país acrescentou que as Certificações emitidas pela institui-

ção que dirige têm reconhecimento internacional e os aeroportos nacionais validados não necessitam de nenhuma outra certificação. “Nós fomos primariamente certificados pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO na sigla em inglês) para fazer esse trabalho, nós trabalhamos em estreita colaboração com a ICAO. O Instituto da Aviação Civil de Moçambique tem o reconhecimento internacional”.

Aeroporto Internacional de Maputo perdeu 12,5 por cento de tráfego de aviões

Entretanto, e embora o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, tenha dito no seu discurso que a necessidade de reabilitação do Aeroporto Internacional de Maputo “veio permitir uma maior segurança nas operações das aeronaves, com possibilidade de receber aeronaves de maior porte, do tipo A340 e Boeing 747 e o aumento da área de estacionamento no terminal doméstico e no terminal de carga”, o facto é que a infraestrutura continua a perder tráfego de passageiros e de aeronaves.

O @Verdade descortinou que no ano passado os Aeroportos de Moçambique continuam a perder tráfego de aeronaves, passageiros e de carga. Depois de um pico de 75.090 aviões que escalaram os aeroportos nacionais em 2014 nos anos seguintes o número tem estado a reduzir e em 2017 foram 53.564 as aeronaves que trouxeram somente 1.784.089 pessoas, contra mais de 2 milhões passageiros que passaram pelas infraestruturas aeroportuárias há 4 anos.

No Aeroporto Internacional de Maputo aterraram 18.858 aeronaves no ano passado, menos 12,5 por cento do que em 2016. O tráfego de passageiros também reduziu de 977.960 em 2016 para 940.762 em 2017.

→ continuação Pag. 09 - Autárquicas 2018: Frelimo ocupa primeiro lugar no boletim de voto, seguida pelo MDM e pela Renamo

Nº	PropONENTE	Posição	Nº	PropONENTE	Posição
1	SCM	20º	11	UE	10º
2	FRELIMO	1º	12	CAD	7º
3	ANRAN	19º	13	PJDM	8º
4	RENAMO	3º	14	PASOMO	14º
5	PLDS	16º	15	E-Povo	9º
6	MAMO	13º	16	PPPM	11º
7	AMUSI	5º	17	PAHUMO	6º
8	MONARUMO	17º	18	PDM	21º
9	MDM	2º	19	SPC	4º
10	PVM	12º	20	CEAMA	18º
			21	AMAJPS	15º

À parte, o órgão que supervisiona o recenseamento e os actos eleitorais no país sorteou ainda o posicionamento no boletim de voto dos partidos extraparlamentares, coligações e grupos de cidadãos eleitores.

A Juntos Pela Cidade (IPC) e a Acção de Movimento Unido para Salvação Integral (AMUSI), que à semelhança de outras organizações concorrem em algumas autarquias, ficaram na quarta e quinta posição, respectivamente.

Os lugares seguintes são ocupados pelo Partido Humanitário de Moçambique (PAHUMO), pela Coligação Aliança Democrática (CAD), Partido da Justiça Democrática de Moçambique (PJDM), Coligação Esperança do Povo (E-Povo), Coligação União Eleitoral (UE), Partido de Progresso do Povo de Moçambique (PPPM), Partido Verdes de Moçambique (PVM),

Movimento Alternativo de Moçambique (MAMO), entre outros.

As três últimas posições couberam à Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM), ao Partido Democrático de Moçambique (PDM) e à Associação dos Naturais, Residentes e Amigos da Namaacha (ANRAN).

Nos próximos dias, a CNE vai sortear o tempo de antena a ser respeitado pelos órgãos públicos de radiodifusão e televisão – Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique – durante a campanha eleitoral. Esta terá duração de 15 dias, contados a partir de finais de Setembro prestes a iniciar.

A produção do material de votação foi adjudicado ao Consórcio Académica-Uniprint, cujos donos são membros influentes do partido no poder, a Frelimo.

→ continuação Pag. 09 - HCB abandona Central Norte e prioriza a megalômana barragem de Mphanda Nkuwa

dente Filipe Nyusi: “perante as necessidades de construção de uma barragem de maior potência e não usando a mesma água armazenada na albufeira foi um consenso, ao nível estratégico governamental, de que é necessário dar-se a prioridade a Mphanda Nkuwa”.

“A construção da Central Norte seria uma adição de utilização da água que teria problemas hídricos enquanto que a construção de Mphanda Nkuwa é para acontecer à jusante do empreendimento actual, assim sendo é uma água que já passou pelas turbinas e torna a acionar turbinas sem o problema da competição com a albufeira”, acrescentou o Presidente do Conselho de Administração da HCB.

No entanto o @Verdade apurou que enquanto Mphanda Nkuwa é um projecto para edificar uma nova barragem, 70 quilómetros à jusante da barragem de Cahora Bassa, que foram orçados em 2,3 biliões de dólares norte-americanos pelo consórcio a quem a concessão foi atribuída, a Central Norte da HCB não só é mais barata, foi estimada em 700 milhões de dólares pelo antecessor de Pedro Couto que a considerava a “jóia da coroa”, como não implica a construção de nova barragem.



“(…) O projecto Cahora Bassa Norte será muito incomum para um projecto hidroeléctrico, pelo facto de a barragem, a albufeira e a maior parte de infra-estruturas eléctricas encontrarem-se já no local. Além do mais, a nova central hidroeléctrica será construída numa caverna subterrânea, num terreno com declive bastante acentuado, desocupado e não usado pelas comunidades locais. Razão pela qual a maior parte das preocupações ambientais e sociais comuns de um projecto de uma hidroeléctrica não serão levantadas”, refere o estudo do impacto sócio-ambiental do projecto Cahora Bassa Central Norte a que o @Verdade teve acesso.

Ambientalistas e académicos indicam que a construção da barragem de Mphanda Nkuwa terá impactos negativos no ecossistema do rio Zambeze e no seu delta, podendo afectar negativamente a vida de mais de 200 mil moçambicanos.

O @Verdade sabe que o interesse de Moçambique reassumir como prioritária a construção de Mphanda Nkuwa está relacionada com a disponibilidade chinesa em investir na nova barragem e no projecto da “espinha dorsal Tete – Maputo” através do sócio da HCB a REN (Redes Energéticas Nacionais de Portugal) que é controlada por empresas estatais da China.

Infecções pelo HIV reduzem de 500 para 356 por dia em Moçambique

As infecções pelo Virus da Imunodeficiência Humana (HIV) baixaram de 500 para 356/dia em Moçambique, disse o Governo, na terça-feira (28), e juntou que actualmente há 2.120.000 pessoas que vivem com esta doença.

Texto: Redacção

Daquele número 170 mil são crianças e 120 mil são mulheres grávidas, disse Ana Comoana, porta-voz do Conselho de Ministros.

A informação foi tornada pública depois do 27o. encontro daquele órgão colegial, que reúne os ministros e outros membros do Governo, sob a presidência do Chefe do Estado.

Ana Comoana disse que os dados resultavam da apreciação da implementação do Plano Estratégico Nacional para o Combate ao HIV, relativo ao período 2016-2020.

Nesta matéria, "o Governo constatou que Moçambique está a registar progressos no que diz respeito às metas definidas para a redução do número de novas infecções, as mortes e taxa de transmissão vertical de mãe para filho".

Adicionalmente, fez-se uma avaliação positiva em relação à resposta que tem sido dada à chamada pandemia do século. Mas prevalece o desafio de cumprir as metas definidas no plano e garantir a mudança de comportamento da sociedade em relação à forma negativa de encarar a doença ou tratar a quem dela padece.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Fundo de Fomento à Habitação perde 13,9 milhões de dólares casas que não foram construídas em Tete



O Fundo de Fomento à Habitação (FFH), que tem sido incapaz de construir casas para os moçambicanos, perdeu 13,9 milhões de dólares norte-americanos de um financiamento do Governo da Índia destinado a edificação de 400 habitações na província de Tete.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 12 →

Preço das portagens na ponte Maputo-KaTembe e estrada até Ponta D'Ouro ainda em segredo

O preço a aplicar nas portagens da ponte Maputo-KaTembe e da estrada que liga o Distrito Municipal KaTembe a Ponta D'Ouro ainda está em segredo do Governo e da empresa pública Maputo-Sul. Esta é encarregue pela construção daquelas infra-estruturas e deverá assegurar a manutenção, uma tarefa que parece não ser fácil em Moçambique a avaliar pelas várias obras que ficaram deveras degradadas sem terem completado metade da sua vida útil.

Texto: Emildo Sambo • Foto: Adérito Caldeira

Silva Magaia, Presidente do Conselho de Administração (PCA) daquela companhia, disse a jornalistas, na quarta-feira (29), que as taxas ainda não foram definidas. Porém, adiantou que o processo para o efeito está em curso e é encabeçado pelo Governo.



Ele avançou, também, que a expectativa é que o custo seja mais baixo em relação ao que actualmente vigora na travessia com recurso a ferry boat de Maputo para KaTembe e vice-versa.

O @Verdade apurou na bilheteira da ponte-cais que, neste momento, os preços praticados na travessia Maputo-KaTembe, para passageiros, partem de 5 meticais, para idosos, a 200 meticais para o passe de trabalhador.

Uma bicicleta paga 15 meti-

cais no meio da semana, contra 20 meticais no fim-de-semana e aos feriados.

Os preços mínimos de motocicletas, dependendo da cilindrada, partem de 35 a 40 meticais, enquanto os máximos variam de 60 a 75 meticais.

Os veículos de passageiros (peso bruto até 1.000kg) pagam pela travessia no ferry boat 250 a 300 meticais, contra 400 a 450 meticais cobrados aos veículos de carga e

passageiros (peso bruto de 1.000 a 3.500kg).

A taxa aplicada a camionetas é de 650 a 700 meticais e os veículos de passageiros e carga pagam de 1.000 a 1.100 meticais.

Segundo o PCA da empresa Maputo-Sul, o certo é que, nas futuras portagens, os utentes terão de pagar nos mesmos moldes da travessia com ferry boat de Maputo para KaTembe e vice-versa. Ou seja, uma tarifa na viagem de ida e outra no regresso.

Segundo Silva Magaia, alegou que os valores "serão suportáveis".

Refira-se que a ponte Maputo-KaTembe está associada aos 180 quilómetros da estrada que liga o Distrito Municipal KaTembe a Ponta D'Ouro.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - Fundo de Fomento à Habitação perde 13,9 milhões de dólares casas que não foram construídas em Tete

Quando o Filipe Nyusi tornou-se Presidente de Moçambique os anteriores governos do partido Frelimo só não haviam construído sequer duas mil casas acessíveis para o povo desde a Independência nacional. Quicá por isso no seu Plano Quinquenal do Governo propôs-se a edificar 35 mil novas habitações para os moçambicanos em apenas cinco anos.

No ano de 2016 foi previsto erguer 1.775 novas casas no entanto somente 268 casas foram construídas, devido a falta de financiamento e derivada da suspensão do Programa do Fundo Monetário, após a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus

e da MAM.

Parte da meta do Plano Quinquenal, inscrita no Plano Económico e Social de 2016, previa a construção de 400 casas na província de Tete, e outras 800 nas províncias de Cabo Delgado e da Zambézia, resgatando um acordo de financiamento concessional rubricado pelo seu antecessor e o Governo da Índia em 2013 no montante de 47 milhões de dólares norte-americanos.

O @Verdade apurou que cumpridas as formalidades do concurso público internacional as casas a serem construídas em Tete foram adjudicadas a empreiteira indiana Ultra Home Construc-

tions que a 6 de Fevereiro de 2015 rubricou um contrato para o efeito com o Fundo de Fomento à Habitação.

Ao abrigo do acordo, a 21 de Agosto de 2015 o FFH efectuou um primeiro pagamento adiantado no montante de 13.922 milhões de dólares norte-americanos, porém as obras nunca iniciaram.

Na semana finda o jornal "The Indian Express" revelou que a empreiteira indiana Ultra Home Constructions quando foi contactada pelo Exim Bank da Índia, que operacionalizou o financiamento, em Julho de 2016 prometeu começar as obras brevemente. Porém em Tete nada aconteceu.

Fundo de Fomento à Habitação mudo

Diante das falhas contratuais o FFH, de acordo com o "The Indian Express", decidiu em 2017 executar as garantias bancárias apresentadas pela empreiteira indiana contudo deparou-se com a inexistência do banco italiano que as emitiu. O Exim Bank da Índia entrou no processo mas acabou por reconhecer que não encontrou registo do International Trade Bank Limited of Italy, que emitiu as garantias.

O "The Indian Express" refere que em carta datada de 6 de Março de 2017 o Fundo de Fomento à Habitação acusou a empreiteira indiana Ultra Home Constructions de fraude e infor-

mou da rescisão do contrato por incumprimento dos mesmos.

O @Verdade contactou o FFH para obter a sua posição sobre processo mas uma semana depois do envio de um pedido de informação formal a instituição que deveria construir casas para os moçambicanos não se dignou a responder.

Importa salientar que o Fundo de Fomento à Habitação depois não ter conseguido construir uma única casa em 2017 e nem sequer demarcar sequer um único talhão infra estruturado durante o primeiro semestre de 2018 igualou a marca de não construir nenhum habitação e não conseguir demarcar talhões infra-estruturados.

Autárquicas 2018: Governo destituiu Manuel de Araújo sem ouvi-lo enquanto devia

O Conselho de Ministros pontapeou, às claras, o número 4 do artigo 11 da Lei número 7/97, de 31 de Maio, que estabelece a Tutela Administrativa do Estado Sobre as Autarquias Locais, ao decretar a perda de mandato do presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane (CMCQ), Manuel de Araújo, sem ouvi-lo em relação aos factos que levaram à decisão tomada.

Texto: Emildo Sambo

A cláusula em questão, sobre o "processo e competência para a decisão de perda de mandato", reza que, quando o ministro [no caso concreto a ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua] toma conhecimento de factos susceptíveis de conduzir à perda do mandato deve assegurar que o visado seja ouvido. Tal não aconteceu.

Para o efeito, é fixado um prazo de 30 dias para ele [neste caso Manuel de Araújo] apresentar a sua defesa e devia-se-lhe fornecer todos os elementos por ele solicitados e que possam ser essenciais para a própria defesa e de que ainda não tenha conhecimento, nomeadamente, os relatórios dos inquéritos e sindicâncias e, respectivos elementos de prova.

ARTIGO 11

(Processo e competência para a decisão de perda de mandato)

1. A perda de mandato será precedida de:

- inquérito ou sindicância aos órgãos ou aos serviços nos casos não previstos nas alíneas seguintes;
- sentença judicial transitada em julgado, no caso da prática dos factos passíveis de procedimento criminal referidos no nº 1 do artigo anterior;
- verificação dos factos que consubstanciem as situações das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo anterior.

2. Nos casos das alíneas a) e b) do número anterior, se as conclusões do inquérito ou da sindicância ou ainda de sentença transitada em julgado revelarem a existência de qualquer das situações que constituem fundamento para a perda do mandato, isso será comunicado ao ministro competente, nos termos do artigo 8, pela entidade que houver promovido o inquérito ou a sindicância.

3. No caso da alínea c) do nº 1, a verificação dos factos cabe à assembleia da autarquia local, que os comunicará ao ministro competente, nos termos do artigo 8.

4. Tomando conhecimento de factos susceptíveis de conduzir à perda do mandato, o ministro competente, nos termos do artigo 8, assegura que o visado seja ouvido, fixando-se o prazo de trinta dias para a apresentação da sua defesa e fornecendo-lhe todos os elementos por ele solicitados que possam ser essenciais para a defesa e de que ainda não tenha conhecimento, nomeadamente, os relatórios dos inquéritos e sindicâncias e respectivos elementos de prova.

5. Produzida a defesa do visado, o ministro com poderes tutelares aprecia todos os elementos do processo e remete-o ao Conselho de Ministros para decisão.

6. A decisão de perda de mandato é impugnável junto do Tribunal Administrativo pelo titular ou membro visado.

Manuel de Araújo foi afastado da edilidade de Quelimane por, na vigência do mandato, ter passado do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) para a Renamo, seu antigo partido e no qual foi indicado cabeça-de-lista para as eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo.

Ele assegurou que não foi ouvido pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), entidade à qual cabe/cabia a missão de conduzir o inquérito ou a sindicância para se apurar os factos que levaram à perda de mandato.

Depois de especulações, Manuel de Araújo apresentou-se oficialmente e publicamente na delegação provincial da Renamo, em Quelimane, numa sexta-feira, 20 de Julho. Foi na mesma semana que ele endereçou uma carta de renúncia ao MDM.

A situação levou o "galo" a reunir de emergência numa quinta-feira, 19 do mesmo mês.

Neste contexto, @Verdade tem muitas dúvidas de que o MAEFP tenha, desde aquela data até a última terça-feira (28), realizado o referido inquérito ou sindicância contra o edil de Quelimane, ora removido do cargo.

Enquanto isso, De Araújo continua a trabalhar normalmente naquela autarquia. Aliás, lançou, na quarta-feira (29), a primeira pedra para a asfatação da Avenida Joaquim Maquival.

"Nós vamos continuar com o nosso trabalho até ao término da nossa tarefa que os munícipes nos deram", afirmou ele e adiantou que o Governo ainda não o notificou relativamente à sua perda de mandato.

Num outro desenvolvimento, o autarca declarou que as pessoas são assistidas pelo direito de sua defesa, "o direito ao contraditório".

Atrasada entrada da Hidroeléctrica de Cahora Bassa na Bolsa de Moçambique

A Oferta Pública de Venda (OPV) de acções correspondentes a 7,5 por cento do capital social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) está atrasada. "É preciso que evitemos dar aqui informações que eventualmente vão dar vantagem a determinadas pessoas" tentou esclareceu o PCA.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Quando em Novembro do ano passado o Presidente Filipe Nyusi anunciou que o capital social da maior empresa estatal seria aberto aos cidadãos, empresas e instituições moçambicanas, depois da surpresa inicial ficou a expectativa que a HCB poderia ser admitida à BVM nos 3 a 6 meses seguintes, tempo considerado normal de um processo do género pela própria instituição dirigida por Salim Valá.

Passados mais de 9 meses apenas é público que a empresa contratou o consórcio composto pelos Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e Banco BIG para liderarem o sindicato bancário para OPV.

"Neste momento não temos falado muito disto pela razão de que a regulamentação sobre esta matéria impõe uma certa moderação nas informações até que os aspectos finais sejam acautelados pelas autoridades competentes que são o Banco de Moçambique e a Bolsa de Valores" tentou explicar nesta terça-feira (28) Pedro Couto, o Presidente do Conselho de Administração da HCB.



Falando a jornalistas, e parceiros, durante a Reunião Anual sobre a Performance da Empresa em 2017, Couto não indicou em fase o processo se encontra nem conseguiu dar uma previsão se a OPV irá acontecer ainda em 2018. "No momento em que o prospecto for aprovado pelo Banco de Moçambique ele será posto publicamente para todos (...) É preciso que evitemos dar aqui informações que eventualmente vão dar vantagem a determinadas pessoas", concluiu.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Autárquicas 2018: Governo decreta perda do mandato de Manuel de Araújo, edil de Quelimane

O Conselho de Ministros determinou, na terça-feira (28), a perda do mandato do presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane (CMCQ), Manuel de Araújo, em consequência de, na vigência do mesmo mandato, ter passado de um partido político para o outro. Por conseguinte, ele pode não concorrer às eleições autárquicas de 10 de Outubro deste ano.

Texto: Emildo Sambo

Manuel de Araújo abandonou o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e voltou para a Renamo, onde foi designado cabeça-de-lista para as eleições autárquicas de 10 de Outubro pela mesma edilidade que dirigia, mercê do suporte da sua antiga formação política.

O facto deixou o “galo” magoado e, há uma semana, escudando-se na necessidade de repor a legalidade, a Assembleia Municipal de Quelimane (AMQ) – dominada pelo partido do qual o autarca visado é dissidente – aprovou uma deliberação de perda de mandato do edil que colocara no poder em 2013.

Contudo, tal decisão não tinha qualquer efeito legal, porque a destituição de Manuel de Araújo não cabia àquele órgão deliberativo, mas sim, ao Governo, após a realização de um inquérito ou sindicância para o efeito.

Neste contexto, a ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, não ficou indiferente à situação, tendo expedido um documento sobre o assunto para o crivo do Conselho de Ministros. Este, não se fez de rogado. A 43 dias das eleições autárquicas, afastou o político e académico da presidência de Quelimane. Porém, ele pode recorrer.

A porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana, explicou a jornalistas que Manuel de Araújo

perde mandato em cumprimento ao disposto na alínea d) do número 2 do artigo 10 [perda de mandato] da Lei número 7/97, de 31 de Maio, que estabelece o Quadro Jurídico da Tutela Administrativa do Estado a que Estão Sujeitas as Autarquias Locais.

ARTIGO 10
(Perda de mandato)

1. É fundamento para perda do mandato dos titulares de cargo em órgãos das autarquias locais a prática de actos contrários à Constituição, a persistente violação da lei, a quebra grave da ordem pública e a condenação por crime punível com prisão maior.

2. Perdem o mandato os titulares de órgãos das autarquias locais que:

- a) após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou se torne conhecida qualquer situação de inelegibilidade anterior à eleição;
- b) sem motivos, deixem de comparecer a seis reuniões seguidas ou a doze reuniões interpoladas;
- c) pratiquem individualmente alguns dos actos previstos no artigo 9 da presente Lei;
- d) após as eleições, se inscrevam em partido político diverso ou adiram a lista diferente daquela em que se apresentaram a sufrágio.

Segundo Ana Comoana, que igualmente é vice-ministra da Cultura e Turismo, a norma acima referida é conjugada com o número 2 do artigo 100 [Fundamento de Perda de Mandato] da Lei número 6/2018, de 3 de Agosto, que também fixa a com-

petência do Conselho de Ministros para declarar a perda de mandato.

“A perda do mandato do presidente do conselho autárquico é declarada pelo Conselho de Ministros após a realização de inquérito ou sindicância e é comunicada à Assembleia Autárquica”, lê-se na Lei.

ARTIGO 100
(Fundamentos da Perda do mandato)

2. A perda do mandato do Presidente do Conselho Autárquico é declarada pelo Conselho de Ministros após a realização de inquérito ou sindicância e é comunicada à Assembleia Autárquica.

O decreto ora aprovado começará a produzir efeitos quando for publicado no Boletim da República (BR). E fixa um prazo de 20 dias, contados a partir da sua vigência, para Manuel de Araújo, querendo, fazer um recurso contencioso ao Tribunal Administrativo (TA).

O mesmo decreto “anula a deliberação 01/AMCQ/2018, da Assembleia Municipal da Cidade de Quelimane, por padecer de vício de competência absoluta” para caçar o mandato de um autarca em alusão, disse a porta-voz do Governo.

O Governo não se pronunciou sobre a possibilidade ou não de Manuel de Araújo concorrer às eleições de Outubro deste ano, pois cabe à Comissão Nacional de Eleições (CNE) se pronunciar sobre o caso.

Aeroporto Internacional de Maputo pronto a receber mais tráfego aéreo internacional

O Aeroporto Internacional de Maputo, o maior do País, recebeu, na segunda-feira, 27 de Agosto, o certificado operacional, que confirma o cumprimento integral dos requisitos exigidos a nível internacional para um aeroporto de categoria quatro.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A certificação do Aeroporto Internacional de Maputo é o culminar de um trabalho que durou três anos e que consistiu na implementação de reformas profundas, incluindo a melhoria das infra-estruturas, sistemas de ajuda à navegação, bem como dos procedimentos à luz da legislação nacional e internacional.

Os trabalhos incluíram, igualmente, a reabilitação da pista do Aeroporto Internacional de Maputo, que resultou na colocação do novo e moderno sistema de iluminação da pista, da conduta subterrânea para o abastecimento de combustível às aeronaves, do novo pavimento na pista principal e na placa de estacionamento, assim como na construção da placa para aviões cargueiros, entre outros.

A reabilitação da pista veio conferir maior segurança nas operações das aeronaves, com possibilidade de receber aparelhos de maior porte (A340 e Boeing 747), bem como permitir o aumento da área de estacionamento no terminal doméstico e no de carga.

Para o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, esta certificação resulta



dos esforços que têm sido empreendidos pelo Governo, com vista à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da aviação civil no País, através da transparência e conformidade dos procedimentos da empresa Aeroportos de Moçambique e da preocupação em elevar os aeroportos a níveis internacionais.

Uma das consequências directas desta certificação será a atracção de mais tráfego aéreo internacional, uma vez que os

operadores passarão a beneficiar da redução dos seguros por escalarem um aeroporto de bai-

xo risco, por preencher os requisitos exigidos para a respectiva categoria.

“Ganhamos um poderoso instrumento para o desenvolvimento interno e externo. Esta certificação é um factor de notoriedade, que vai permitir uma melhoria da nossa posição no mercado”, disse o ministro, que acrescentou que os esforços do Governo visam, igualmente, colocar o nome do País na rota dos principais destinos, regionais e

continentais.

Entretanto, Carlos Mesquita reconheceu que a certificação representa um desafio para as autoridades, dadas as crescentes exigências dos passageiros e de todos os utentes dos serviços aeroportuários, tendo, por isso, chamado à atenção para a necessidade de se privilegiar a qualidade dos serviços prestados.

“Fenómenos como desaparecimento e violação de bagagens, atrasos e cancelamentos de voos por parte dos operadores, acesso à pista por pessoas não identificadas nem autorizadas, entre outros, devem ser fortemente combatidos”, apelou Carlos Mesquita, que aproveitou a ocasião para referir que, com a certificação do Aeroporto Internacional de Maputo, decorrem esforços para que, ainda este ano, seja concluído o processo de certificação do Aeroporto da Beira, ao que se seguirá o de Nampula, em 2019.

Por seu turno, o presidente do Conselho de Administração do Instituto da Aviação Civil de Mo-

çambique (IACM), João de Abreu, explicou que, dada a categoria do Aeroporto Internacional de Maputo, o processo de certificação foi mais complexo, tendo, por isso, durado três anos.

“Com a certificação, materializa-se a quarta fase do processo, de um total de cinco. Contámos com o apoio dos Aeroportos de Moçambique, que conceberam e nos apresentaram um plano de acções proactivas, que contribuíram para que o processo fosse bem-sucedido”, disse João de Abreu.

Importa realçar que o Aeroporto Internacional de Maputo é o maior do País e o que regista mais tráfego de aeronaves e passageiros. Só no ano passado, de um total de 53,6 mil aeronaves, cerca de 18,9 mil escalaram o Aeroporto Internacional de Maputo, o equivalente a 35 por cento.

Quanto ao tráfego de passageiros, no mesmo período o Aeroporto Internacional de Maputo registou 940.800 passageiros, do total de 1.784 mil representando 52,8 por cento.

Governo aprova plano de prevenção e combate à violência baseada no género

O Executivo aprovou, na terça-feira (28), um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género, para o período 2018-2021. Em Moçambique, calcula-se que a violência atinge em grandes proporções e de diversas formas as mulheres, as raparigas, as crianças e os idosos.

Texto: Redacção

Em 2009, as autoridades estimavam que este problema atingia 20 mil pessoas. Em 2016, o número aumentou para 25.356 vítimas, disse a porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana.

Com a resolução que aprova o programa em alusão, orçado “em pouco mais de 24 milhões de meticais”, espera-se que o índice de violência baseada no género reduza.

O instrumento prevê ainda o reforço dos mecanismos de coordenação entre as diferentes instituições que lidam com a matéria, a consolidação do atendimento integrado às vítimas e assegurar que elas tenham maior protecção.

Segundo Ana Comoana, “o plano prioriza como áreas estratégicas a prevenção, a educação e a conscientização da sociedade, resposta ao problema da violência, a melhoria do quadro legal e a monitoria e avaliação” do trabalho desenvolvido.

O documento em questão materializa os instrumentos legais nacionais e internacionais sobre a matéria, bem como visa “promover a cultura da paz e da não violência baseada no género”, disse a Ana Comoana.

Sobre este problema, o Fórum Mulher (FM) entende que, apesar de um quadro legal que define algumas das formas da violência contra as mulheres e raparigas como crime e que as penaliza, “incluindo a Lei da Família, a Lei do Tráfico de Pessoas Humanas Especialmente de Crianças, a Lei de Protecção dos Direitos das Crianças, a Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, ele exclui outras práticas de violência e de discriminação”.

Adicionalmente, remata aquela organização da sociedade civil, há indícios de que a violência e práticas discriminatórias contra as mulheres e raparigas tendem a aumentar.

Para melhorar a qualidade da rede e redimensionar a força de trabalho: TDM e mcel vão vender activos imobiliários

As empresas TDM-Telecomunicações de Moçambique e mcel-Moçambique Celular celebraram na última terça-feira, 28 de Agosto, em Maputo, um contrato de prestação de serviços de consultoria com a Broll Moçambique, visando a rentabilização dos seus activos imobiliários não essenciais para o negócio.

A consultoria em apreço terá por função avaliar os referidos activos, bem como propor uma estratégia e um plano de implementação, junto de potenciais interessados, visando a maximização do retorno sobre a venda dos referidos activos.

Para Mahomed Rafique Jusob Mahomed, presidente do Conselho de Administração (PCA) da TDM-mcel, trata-se de garantir a transformação do património não essencial em capacidade pecuniária, tendo em vista financiar algumas actividades essenciais programadas no âmbito da transformação da TDM-mcel, designadamente, a melhoria da qualidade da rede, bem como o processo de redimensionamento da força de trabalho, princi-



palmente na TDM.

Conforme realçou o PCA, a primeira fase do processo é rentabilizar o referido património actualmente em estado de ociosidade, estando em preparação a segunda fase, que consiste na inovação tecnológica: “Este é um acto importante,

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

e responde aos desafios do redimensionamento de pessoal e também da optimização da actividade das empresas”, frisou.

Por sua vez, Rui Monteiro, PCA da Broll Moçambique, considerou que a agência imobiliária que dirige tem pautado a sua actuação pela seriedade no trabalho: “Estamos agora a criar a associação de agências imobiliárias em Moçambique, por causa dos desmandos que existem no sector, para dar um cariz mais sério à profissão e à indústria imobiliária. Tenho a certeza de que a TDM e a mcel vão enriquecer muito o seu património e vamos tentar dar o nosso máximo para poder corresponder às expectativas”, concluiu.

Desporto

Taça de Moçambique: Costa do Sol e Liga Desportiva de Maputo em vantagem nas meias-finais

O Costa do Sol tremeu mas fez uma reviravolta sobre o Maxaquene enquanto na Beira a Liga Desportiva de Maputo conquistou um empate que lhe coloca em vantagem frente ao Ferroviário para a 2ª mão das meias-finais da Taça de Moçambique em futebol.

Texto: Adérito Caldeira

A jogar no seu relvado os “canarinhos” voltaram a tremer e não viram Victor surgir na pequena área e emendar a trajectória do esférico para o fundo da baliza de Guirruço.

Mas a jogar para salvar a época o Costa do Sol mudou de atitude e Chawa igualou no minuto 21.

Depois foi preciso sofrer até Nené, no minuto 61, fazer a reviravolta que dá uma vantagem,

ainda que mínima, a equipa de Horácio Gonçalves para o jogo da 2ª mão.

No “caldeirão do Chiveve” houve um duelo de gigantes que também procuram salvar uma época em que o título do Moçambola só deve continuar nos sonhos dos “muçulmanos da Matola”.

Depois de um nulo na 1ª etapa a equipa que Rogério Gonçalves

traduziu em golo o melhor futebol que praticou, Babo abriu o placar no minuto 68.

Mas ainda os adeptos ainda vibravam quando a defesa vacilou e Telinho não perdeu empatando a eliminatória.

Os jogos da 2ª mão deverão acontecer no fim do mês de Setembro e a decisão está agendada para 11 de Novembro.

Mundo

Crise na Venezuela é “uma ameaça ao continente”, diz Temer

O Exército brasileiro já chegou ao estado de Roraima, a principal rota de entrada no país utilizada pelos migrantes venezuelanos que fogem da grave crise política, económica e social no seu país, anunciou Michel Temer. Para o Presidente brasileiro, a crise no país vizinho é uma ameaça para a América do Sul.

Texto: Público de Portugal

A decisão acontece depois de, no início do mês, um grupo de habitantes locais ter protestado contra a presença de imigrantes venezuelanos e de terem atacado e incendiado acampamentos.

O Presidente brasileiro explicou que, com as autoridades no local, o Governo procura garantir a lei e a ordem e “oferecer segurança aos cidadãos brasileiros e aos imigrantes venezuelanos que fogem do seu país em busca de refúgio no Brasil”. O Exército vai garantir o controlo das fronteiras.

Nos últimos anos cerca de 56 mil venezuelanos fugiram do seu país e pediram refúgio no Brasil, de acordo com dados divulgados pelo Governo brasileiro em Julho. Diz ainda o Governo que muitos destes imigrantes permanecem na capital de Rorai-

ma, a cidade de Boa Vista, ou na cidade fronteiriça de Pacaraima, dois locais onde a tensão entre brasileiros e venezuelanos tem escalado. De acordo com a estimativa do Governo local citada pela Exame, existem aproximadamente 25 mil venezuelanos na cidade. O equivalente a 7,5% da população total. Apesar de parte destes imigrantes ter sido alojada numa dezena de refúgios administrados pelo Exército, pela agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e por organizações não-governamentais, cerca de 10% (2500) destes venezuelanos ainda dormem na rua, dependentes de doações de comida e roupa. Um cenário difícil para quem tenta sobreviver entre um país onde não se sente desejado e o país de origem onde não havia dinheiro para a alimentação, medicamentos e onde as mulheres

grávidas não se sentem seguras para ter os seus filhos.

Para Michel Temer, a Venezuela enfrenta um cenário “dramático” por culpa do Presidente Nicolas Maduro. O Presidente brasileiro afirmou que o “desastre humanitário” causado pela crise é resultado das “péssimas” condições às quais o povo venezuelano está submetido.

“Devo dizer, desde logo, que o Brasil respeita a soberania dos estados nas acções, mas temos que lembrar que só é soberano um país que respeita e cuida do seu povo”, disse o presidente. “O problema da Venezuela não é mais de política interna. É uma ameaça à harmonia de todo o nosso continente”, concluiu Temer, que disse que iria pedir apoio internacional para encontrar uma “solução diplomática”.

Já o ministro de Segurança Pública, Raúl Jungmann, admitiu que o processo de transferência de imigrantes para outros estados brasileiros não está a funcionar com a rapidez necessária, mas assegurou que o governo federal está empenhado a em continuar a receber os imigrantes. E reiterou que a fronteira não será fechada.

Peru aperta a fronteira

No Peru, o Governo já declarou estado de emergência e apertou com as regras de entrada no país, exigindo passaportes em vez de cartões de identidade nacionais de imigrantes venezuelanos. Só esta medida fez o número cair para mais de metade no domingo, disse a agência de imigração do Peru. O país está ainda a partilhar informações

com a Colômbia.

“Queremos regular este fenómeno. Dar uma oportunidade às pessoas, mas de uma forma ordenada. Não há país que consiga aguentar uma imigração descontrolada”, explicou o director do centro de Migração da Colômbia, Christian Kruger.

Por seu lado, o Presidente venezuelano convidou os migrantes a “voltar para casa”. Na terça-feira, a Venezuela disse que repatriou 89 cidadãos que haviam migrado para o Peru, mas que tentaram retornar depois de sofrer “tratamento cruel”, citando “condições difíceis”.

“Um golpe publicitário do Governo”, acusou um activista que trabalha com imigrantes venezuelanos no Peru, citado pela Reuters.

Autárquicas 2018: Manuel de Araújo impedido de concorrer às eleições de Outubro deste ano

O número 1 do artigo 14 da Lei número 7/97, de 31 de Maio, que estabelece a Tutela Administrativa do Estado Sobre as Autarquias Locais, impede Manuel de Araújo de desempenhar funções em órgãos de qualquer autarquia do país, bem como de concorrer às eleições de 10 de Outubro próximo, por perda de mandato, decretada pelo Conselho de Ministros. Todavia, a Constituição da República contraria aquela norma e determina que os cidadãos gozam da liberdade de associação e de, voluntariamente, constituir ou participar em partidos políticos.

Texto: Emílio Sambo

Manuel de Araújo foi afastado, na última terça-feira (28), do cargo de presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane (CMCO), sem ter sido dado o direito à própria defesa, por se (re)filial à Renamo, na vigência de um mandato outorgado enquanto membro do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

A cláusula acima referida diz que os membros dos órgãos municipais objectos de decreto de dissolução, bem como os que hajam perdido o mandato, não podem desempenhar funções em órgãos de qualquer autarquia nem ser candidatos nos actos eleitorais para os mesmos, no tempo que resta para conclusão de mandato interrompido e no subsequente período correspondente a novo mandato completo.

ARTIGO 14
(Efeitos da dissolução e da perda de mandato)

1. No período de tempo que resta para conclusão do mandato interrompido e no subsequente período de tempo correspondente a novo mandato completo, os membros dos órgãos da autarquia local, objecto do decreto de dissolução, bem como os que hajam perdido o mandato não poderão desempenhar funções em órgãos de qualquer autarquia nem ser candidatos nos actos eleitorais para os mesmos.

2. O disposto no número anterior não é aplicável aos membros do órgão da autarquia que tenham votado contra ou que não tenham participado nas deliberações, nem tenham praticado os actos ou omitido os deveres legais a que estavam obrigados e que deram causa à dissolução do órgão.

3. Os membros dos órgãos da autarquia referidos no número anterior devem invocar a não existência da causa de inelegibilidade no acto de apresentação de candidatura.

4. A renúncia ao mandato não prejudica os efeitos previstos no nº 1 do presente artigo.

Conduto, o decreto governamental que determina a perda só começará a produzir efeitos quando for publicado no Boletim da República (BR).

O mesmo fixa 20 dias, contados a partir da sua vigência, para Manuel de Araújo, querendo, fazer um recurso contencioso ao Tribunal Administrativo (TA).

Saliante-se que Manuel de Araújo foi destituído sem

direito a ser ouvido em relação aos factos que pesaram para a decisão tomada pelo Governo.

O número 4 do artigo 11 da Lei número 7/97, de 31 de Maio, fixa 30 dias para ele apresentar a sua defesa e fornecer-se-lhe todos os elementos por ele solicitados e de que possam ser essenciais para a própria defesa e de que ainda não tenha conhecimento, nomeadamente, os relatórios dos inquéritos e sindicâncias e, respectivos elementos de prova.

ARTIGO 11
(Processo e competência para a decisão de perda de mandato)

1. A perda de mandato será precedida de:

a) inquérito ou sindicância aos órgãos ou aos serviços nos casos não previstos nas alíneas seguintes;

b) sentença judicial transitada em julgado, no caso da prática dos factos passíveis de procedimento criminal referidos no nº 1 do artigo anterior;

c) verificação dos factos que consubstanciem as situações das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo anterior.

2. Nos casos das alíneas a) e b) do número anterior, se as conclusões do inquérito ou da sindicância ou ainda de sentença transitada em julgado revelarem a existência de qualquer das situações que constituem fundamento para a perda do mandato, isso será comunicado ao ministro competente, nos termos do artigo 8, pela entidade que houver promovido o inquérito ou a sindicância.

3. No caso da alínea c) do nº 1, a verificação dos factos cabe à assembleia da autarquia local, que os comunicará ao ministro competente, nos termos do artigo 8.

4. Tomando conhecimento de factos susceptíveis de conduzir à perda do mandato, o ministro competente, nos termos do artigo 8, assegura que o visado seja ouvido, fixando-se o prazo de trinta dias para a apresentação da sua defesa e fornecendo-lhe todos os elementos por ele solicitados que possam ser essenciais para a defesa e de que ainda não tenha conhecimento, nomeadamente, os relatórios dos inquéritos e sindicâncias e respectivos elementos de prova.

5. Produzida a defesa do visado, o ministro com poderes tutelares aprecia todos os elementos do processo e remete-o ao Conselho de Ministros para decisão.

6. A decisão de perda de mandato é impugnável junto do Tribunal Administrativo pelo titular ou membro visado.

Neste contexto, era obrigação do Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), realizar um inquérito ou sindicância para se apurar os factos que levassem à perda de mandato. Tal implicava ouvir primeiro o visado, antes de enviar o expediente para o crivo do Conselho de Ministros.

Ivone Soares responde

A partir que Quelimane, a chefe da bancada parlamentar da Renamo, Ivone Soares, declarou que o cabeça-de-lista do seu partido para aquele conselho autárquico, nas eleições deste ano, é Manuel de Araújo, porquanto a Constituição da República não veda o direito de cidadãos se associarem a outros partidos políticos.

“Eles [os do Executivo] tomaram a decisão que quiseram mas nós temos a Constituição e ninguém deve se sobrepor a ela. A Constituição é da Frelimo? É do Governo? É do Conselho de Ministros?”, questionou a deputada, ao coro de um estrondoso “não” de uma multidão para a qual discursava.

O número 1 do artigo 52 da Lei-Mãe prevê que “os cidadãos gozam da liberdade de associação”, enquanto o número 1 e 2 do artigo 53 estabelece: “todos os cidadãos gozam da liberdade de constituir ou participar em partidos políticos e a adesão é voluntária”.

Artigo 52
(Liberdade de associação)

1. Os cidadãos gozam da liberdade de associação.

2. As organizações sociais e as associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei.

3. São proibidas as associações armadas de tipo militar ou paramilitar e as que promovam a violência, o racismo, a xenofobia ou que prossigam fins contrários à lei.

Artigo 53
(Liberdade de constituir, participar e aderir a partidos políticos)

1. Todos os cidadãos gozam da liberdade de constituir ou participar em partidos políticos.

2. A adesão a um partido político é voluntária e deriva da liberdade dos cidadãos de se associarem em torno dos mesmos ideais políticos.

Até Julho: Receitas do MITESS atingiram cerca de 300 milhões de meticais

Como resultado das reformas implementadas no domínio do Trabalho, Emprego e Segurança Social, a receita anual arrecadada pelo Estado evoluiu, desde 2016, de 232.415.690,45 meticais, para 444.963.760,48 em 2017, sendo que até Julho de 2018, situava-se em 295.617.743,69 meticais.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Estes dados foram revelados pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, no decurso do seminário promovido, na quarta-feira, 29 de Agosto, por ocasião da 54ª edição da FACIM-Feira Internacional de Maputo, que decorre, no distrito de Marracuene, província de Maputo.

Para a governante, esta conquista resulta das reformas, em curso, com vista a imprimir celeridade, transparência e maior controlo, sobretudo no processo de contratação da mão-de-obra estrangeira, o que consolidou o Sistema de Informação Migratório (SIMIGRA), Folha de Relação Nominal electrónica, incluindo a sua intercomunicabilidade com o Sistema de Segurança Social e a base de dados da Autoridade Tributária.

“São plataformas que não só possibilitam a gestão do processo de con-



tratamento de mão-de-obra estrangeira como também contribuem na redução de espaço de manobra para actos ilícitos nos processos de con-

tratamento”, destacou Vitória Diogo.

Num outro desenvolvimento, a titular da pasta do Trabalho, Emprego e

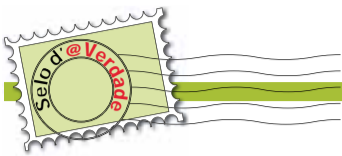
Segurança Social enalteceu o contributo do sector privado na criação de condições para a empregabilidade dos jovens formados, permitindo que 18.598 graduados dos 491.543 cidadãos formados, desde 2015 até ao primeiro semestre do corrente ano, fossem acolhidos em estágios pré-profissionais e absorvidos directamente no mercado de trabalho.

Já no campo do controlo da legalidade laboral, segundo referiu Vitória Diogo, a Inspecção Geral do Trabalho realizou, desde 2015 até ao primeiro semestre de 2018, um total de 30.026 inspecções, que resultaram na detecção de 45.341 infracções, das quais 35.119 mereceram advertências e 10.222 autos de notícia.

“Com preocupação constatamos que a maioria de infracções eram relativas à ausência de contratos

reduzidos a escrito, a falta de inscrição e canalização de descontos à segurança social, o excesso de carga horária, a falta de provisão de equipamento de protecção no trabalho, a não observação com rigor das medidas básicas de Higiene e Segurança no Trabalho e o emprego ilegal de mão-de-obra estrangeira”, enfatizou.

Importa realçar que no seminário, inserido no dia do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) na FACIM, foi feita uma reflexão sobre o mecanismo de empregabilidade e orientação profissional, plataformas electrónicas do MITESS na promoção do emprego, segurança social, legalidade laboral e diálogo social, rigor na contratação da mão de obra estrangeira, para além dos desafios e sucessos do empreendedorismo em Moçambique.



Nós estamos a viver como escravos no Moçambique independente

Dinâmicas de extractivismo da Mozambique Holdings em Lugela, Zambézia, Moçambique

A primeira vez que fui para Límbe, povoado do distrito de Lugela, na Província da Zambézia foi em Junho de 2016. Na altura, ia fazer um pré-trabalho de campo sobre as comunidades que viviam com o Monte Mabu. O inverno já se fazia sentir, mas o sol ainda brilhava. A viagem de Mocuba para Lugela leva cerca de 3 horas de camião. Por seu turno, uma viagem até Límbe pode levar cerca de 5 horas. Na altura a estrada era só de terra batida, com muitas subidas e descidas. Voltei para Límbe em meados de 2017, e de novo em Abril de 2018 aquando do meu trabalho de campo. Nesse tempo a empresa Mota-engil já havia começado com as obras de construção da estrada que liga Mocuba a Tacuane com uma faixa de rodagem para dois sentidos.

Ao longo da estrada de Mocuba para Límbe podem notar-se os vastos campos de produção de mandioca ou milho pertencentes a pequenos agricultores familiares. Podem igualmente se notar as habitações feitas de barro e palha e algumas aves em redor. As áreas não usadas, normalmente são habitadas por uma vegetação local e riachos cortando terras. O distrito exibe um verde e elevações montanhosas em todos os lados. Mas ao chegar em Límbe uma grande diferença se nota na paisagem. Em 2016, uma vasta terra aberta que havia sido prometida para a produção de árvore borracheira se mostrava nua e vermelha em toda a volta. Isto aqui era um mató que assustava, ainda bem que a empresa veio aqui, o meu motorista comentou no momento. O “desenvolvimento” bateu as portas do distrito! Quando regresséi em 2017 e 2018, as árvores borracheiras já haviam sido plantadas e haviam já crescido consideravelmente.

A terra em questão fazia parte do fracassado projecto de colonização portuguesa através de prazos da coroa. A Sociedade Madal foi estabelecida em 1903 pelo capital Mónaco que depois passou para o capital Norueguês em 1926. Esta sociedade começou a operar no norte de Moçambique no âmbito da campanha colonial portuguesa de transformar as terras que outrora pertenceram aos prazos da coroa em fontes de gestão de renda efectivas e de maior intensificação do poder colonial. A Madal foi uma das companhias que tiveram grandes porções de terra na província da Zambézia. Esta companhia, em Lugela, trabalhava na produção de chá. Outras empresas de plantação de chá também existiam em Lugela, nomeadamente a Chá Tacuane e a Chá Palma Mira.

Em conversas com os mwenes – líderes locais – e comunidades aprendi que havia um entrosamento muito forte entre os proprietários destas empresas com a vida política, económica, social e simbólica das comunidades locais. Os mwenes sentiam que os seus valores eram respeitados e quando a chuva demorava a cair, os gerentes das empresas aproximavam-se dos mwenes para junto destes realizarem o mucutu – cerimónia tradicional – para falar com os matos – espíritos dos antepassados – e invocar a chuva. As comunidades podiam pedir transporte da empresa em casos de emergências. Essas constatações sombreadam a distinção

estricta entre colonos e colonizados neste contexto.

Com a independência de Moçambique em 1975, a Madal foi uma das poucas empresas coloniais que se mantiveram em funcionamento, isso porque os Noruegueses foram considerados “bons colonos” pelo regime do então presidente Samora Machel. Entretanto, o início da guerra civil que teve como um dos principais palcos o distrito de Lugela viria a mudar o quadro social, económico, paisagístico e político da área. Segundo relatos orais, quando a guerra civil iniciou em 1987 na região, muitas das empresas coloniais começaram a fechar. Límbe foi considerada zona da RENAMO e sujeita a fortes investidas militares da FRELIMO. O distrito de Lugela era na altura controlado pela FRELIMO. Os soldados da RENAMO atacavam as empresas locais e saqueavam ferros, chapas e outros materiais para vender no Malawi. Os membros das comunidades locais capturadas transportavam esses bens saqueados por longas distâncias até às bases da RENAMO. Nesta região, as comunidades afirmam que fugiam tanto dos homens da RENAMO como dos homens da FRELIMO, pois ambos lados causaram danos a nível das comunidades.

Com o fim das hostilidades em 1992, Moçambique era um país enterrado em crises económicas, sociais, políticas e ambientais tais como a fome e a seca. O país já havia abandonado os sonhos socialistas em 1987, e optou por uma viragem neoliberal, abrindo o mercado nacional para investidores internacionais num país que na altura era considerado de grande risco. Isso fez com que o governo fizesse grandes concessões para atrair o investimento internacional. Neste período, muitas terras haviam sido abandonadas em Lugela e as comunidades só começaram a regressar a partir de 1994 para as suas ruínas. Lugela, na altura, havia sido tomado pela vegetação e fauna que saiu dos abrigos das comunidades para as terras por estas abandonadas. Depois de muitas investidas por parte do governo local para relançar o descontinuado sonho capitalista de produzir chá e algodão para o mercado internacional, as terras foram adquiridas em 2015 pelo capital Indiano chamado Mozambique Holdings, Lda, que tem no seu portfólio de actividades a mineração, venda de material militar, construção de estradas, transporte e logística. A empresa quando abriu o seu negócio em Lugela tinha o objectivo de introduzir a árvore borracheira para exportação. Este é o contexto em que entrei em contacto com a empresa e as comunidades desde meados de 2016 até início de 2018.

Quando cheguei em Límbe, uma das principais inquietações que as comunidades levantavam em relação à Mozambique Holdings era a falta de respeito e o tratamento desumano dos trabalhadores e comunidades locais que os gestores da mesma tinham. Quando a empresa adquiriu as terras de cerca de 10.000 hectares as comunidades locais já haviam saído dos seus abrigos na montanha e ocupado as terras da antiga Madal para a produção agrícola e habitação. Grande parte da comunidade de Nangaze,

por exemplo, estava nas terras da Madal. Estes foram retirados mediante pagamento de indemnizações que as comunidades consideraram muito injustas. Houve de facto antes da implementação da empresa consultas comunitárias em que as comunidades foram prometidas empregos, desenvolvimento, construção de escolas e hospitais o que facilitou a aceitação da mesma na comunidade. Os sonhos de modernização conquistaram terreno de novo. Contudo, com o andar do tempo as promessas e juras foram tomando outras configurações, chegando um dos membros da comunidade a gritar: nós estamos a viver como escravos no Moçambique independente.

Os trabalhadores e membros das comunidades adicionaram que os trabalhadores são tratados que nem escravos, trabalham das 4h até as 16h, numa taxa diária de 100mts (aprox. USD1.2). Esta taxa é paga se o trabalhador completar uma determinada tarefa que os trabalhadores consideram inatingível num dia só, sendo normal um trabalhador usar dois dias para terminar uma tarefa diária, recebendo assim 100mts/dois dias. Perguntei a um dos trabalhadores que depois abandonou a empresa e foi para Nampula trabalhar como pedreiro, quanto ele podia ganhar por mês, e ele respondeu 2000mts (USD33) no máximo.

Porém, esse valor dificilmente era alcançado por mês devido a sucessivos cortes. Os cortes eram feitos em caso de ocorrência de chuvas que impedissem o trabalho. Neste sentido, por mais que os trabalhadores tivessem andado mais de 20km a pé para ir ao trabalho, não eram pagos. Os gerentes às vezes traziam sapatos ou matavam vacas para vender de forma compulsiva aos trabalhadores, para depois descontar dos seus já míseros salários. As ferramentas de trabalho que os trabalhadores usam são pessoais, a empresa disponibiliza apenas o fardamento. As habitações dos trabalhadores são precárias. Os trabalhadores, embora tenham intervalos para as refeições, estas não são disponibilizadas pela empresa. As refeições são trazidas pelas parceiras, que também têm que andar quilómetros a pé até à empresa, fragilizando mais ainda a produção familiar uma vez que a produção agrícola familiar é a principal fonte de renda.

A nível de relacionamento com as comunidades, os mwenes afirmam que o gestor lhes falta com o respeito constantemente e quando se aproximam do gestor normalmente são atendidos em pé e não lhes são disponibilizadas cadeiras para se sentarem. Na nossa cultura essa é uma ofensa contra qualquer pessoa não importa a idade e origem. Se alguém visita essa pessoa é dada cadeira antes de ser atendida. Ademais, as comunidades sentem que a empresa criou um vácuo social com a comunidade e pouco impacto tem no melhoramento das condições destas.

Ao ouvir essas constatações repugnantes, uma das questões que me surgiu à mente foi: já tentaram informar o governo? Um dos líderes da comunidade afirmou que quando foi ter com o gestor para amenizar essas situações, o mesmo disse-lhe que não

vai mudar nada pois o empreendimento está ligado a uma das elites políticas em Moçambique. Essa ligação ao que parece serve de protecção ou inoculação contra qualquer intervenção jurídica ou administrativa local, provincial ou nacional. O facto do distrito estar literalmente a mendigar por investimento e desenvolvimento piora a situação. Os trabalhadores já receberam visitas de oficiais públicos e do próprio Ministro de Agricultura e Segurança Alimentar, Jaime Pacheco, mas estes nunca se manifestavam por rejeitar retaliações e perder empregos. Já houve casos em que os trabalhadores combinaram manifestar as suas inquietações em conjunto mas quando chegasse uma visita ou a empresa seleccionava os que poderiam intervir ou os outros depois perdiam coragem. Os que ousaram se manifestar foram expulsas posteriormente.

Quando fui ter uma entrevista com o gestor da empresa, que os locais chamam de Rangá e perguntei-lhe sobre a relação que existia entre a empresa e as comunidades este simplesmente disse não existe nenhuma relação entre a empresa e as comunidades, eles são trabalhadores e nós somos empregadores apenas. Esta afirmação diz tudo sobre a lógica do capitalismo e a vida das comunidades carecidas. Não existe de facto nenhuma tentativa da empresa em criar uma relação mais horizontal e benéfica para todas as partes envolvidas, em grande parte devido a lógica capitalista de maximização de lucros e diminuição de despesas, embebida num contexto de carência, fragilidade do governo e elites económicas e políticas nacionais que permitem que seus concidadãos sejam tratados como escravos para os seus ganhos económicos.

Todos os trabalhadores sazonais da empresa são camponeses, o que significa que enquanto estão a trabalhar ou têm que abrir mão das suas machambas ou pagar alguém para trabalhar nelas num contexto de emprego precário e desumano. Nestas condições abandonar o emprego significa abdicar de toda a fonte de renda que possa alimentar os trabalhadores e seus agregados familiares. Muitos trabalhadores que foram expulsos ou deixaram o emprego devido a essas condições tiveram que ir procurar emprego noutros lugares pois perderam uma campanha agrícola. Esta situação torna a ideia de Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar uma contradição, uma vez que este aposta em agricultura comercial virada para exportação que acaba absorvendo a terra, a água e os camponeses que deviam produzir para poder alimentar os seus agregados familiares, por conseguinte, criando uma situação de insegurança alimentar e enfraquecimento da vida comunitária em Lugela. Enquanto a solução para os membros da comunidade é mudar a gerência da empresa, eu pessoalmente acredito que enquanto o maior foco do governo for a agricultura de rendimento para exportação, o Ministério pouco faz pela segurança alimentar que faz parte do seu nome.

Por Anselmo Matusse

PhD Candidate in Social Anthropology
University of Cape Town, South Africa

Pergunta à Tina...

Olá Tina, há dois anos que uso injeções e agora estou com pressentimento estranho, parece que estou grávida, será que é possível?
Anita

Olá Anita, mas como se pode ter um pressentimento estranho em relação à gravidez? O que significa isso?

Essas injeções têm uma alta eficácia, sendo quase impossível que estejas grávida, se não falhaste nenhuma injeção.

Por isso, na dúvida, o melhor é ouvires uma opinião correcta no mesmo local onde costumavas receber as injeções.

Tina tudo bem? Sou Telles e sou bissexual/homossexual. Tenho 36 anos, sou casado e sou pai, mas o facto é que sou atraído por homens e sofro por poder me declarar. Há uns anos, tive uma relação durante vários meses com um amigo e estou à procura de um novo amigo discreto, o que achas?

Caro Telles, acredito que na nossa sociedade, a tua situação não é fácil de gerir. Serve-te de consolação saberes que não és o único, pois como tu, há muitos homens que enfrentam o mesmo problema.

Por isso, o melhor será aconselhares-te com pessoas que têm preocupações idênticas.

Existe em Moçambique uma organização que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das chamadas minorias sexuais. É a Associação LAMBDA, que poderás contactar através dos seguintes endereços:

Av. Marien Ngouabi 112, Maputo; telefone: 21 418 067; e-mail: lambda@lambdamoz.org; website: <http://www.lambdamoz.org>; Facebook: <https://www.facebook.com/LambdaMoz/>

Através desta associação terás oportunidade de contactar com pessoas que já enfrentaram situações idênticas, que te poderão ajudar.

Boa sorte, Telles!

Novo presidente do Zimbabwe toma posse, mas EUA criticam eleição

Emmerson Mnangagwa pediu que o Zimbabwe se una sob sua presidência ao fazer o juramento de posse como Presidente no domingo, após uma eleição divisiva que, segundo os observadores dos Estados Unidos da América, colocou as credenciais democráticas do país em dúvida.

O Tribunal Constitucional confirmou Mnangagwa como presidente na sexta-feira, rejeitando um desafio de Nelson Chamisa, o homem a quem ele derrotou na votação de 30 de Julho.

Milhares de zimbabwenos e líderes estrangeiros, incluindo Cyril Ramaphosa, da África do Sul, ou Carlos Agostinho do Rosário, de Moçambique, reuniram-se no estádio nacional de Harare para a posse de domingo.

“Eu peço que tenhamos um compromisso coletivo de desenvolver nossa pátria. O que nos une é maior do que o que jamais poderia nos di-

vidir”, disse Mnangagwa aos participantes das eleições em seu discurso de posse.

Ele também reafirmou as promessas de campanha, de reviver a fragilizada economia do Zimbabwe e liquidar dívidas pendentes com credores estrangeiros, e reiterou que organizaria uma investigação independente sobre uma repressão “lamentável e inaceitável” do exército após a votação em que seis pessoas morreram.

“Agora é a hora de todos nos unirmos como nação e desenvolvermos nossa economia”, disse Mnangagwa. Na eleição, Mnangagwa chegou

por pouco ao patamar de 50% dos votos de que precisava para evitar uma segunda volta.

A votação foi apresentada como um passo crucial para eliminar a reputação de pária que o Zimbabwe conquistou com o antecessor de Mnangagwa, Robert Mugabe, e assegurar o financiamento de doadores internacionais.

Mas horas antes da posse de Mnangagwa, o Instituto Republicano Internacional e o Instituto Nacional Democrático disseram que o país carecia de uma “cultura democrática tolerante”, na qual

os partidos políticos fossem tratados igualmente e que os cidadãos pudessem votar livremente.

A eleição foi maculada por lapsos processuais e seguida pela repressão contra os partidários da oposição, o que lembrou as táticas de segurança que marcaram o governo de Mugabe por 37 anos.

Esses eventos mancharam as promessas que Mnangagwa fez durante a campanha para romper com a corrupção e a má administração que se tornaram endêmicas sob Mugabe, que foi deposto em um golpe em Novembro.

Texto: Agências

Sobe para 72 o número de mortes prováveis pelo Ébola na RD do Congo

As mortes prováveis pelo Ébola no nordeste da República Democrática (RD) do Congo subiram para 72, com 44 delas confirmadas, e com 14 pacientes que conseguiram se curar, segundo o Ministério da Saúde do país centro-africano.

Texto: Agências

No total, nas duas províncias afetadas pelo novo surto do Ébola, Kivu do Norte e Ituri, houve 111 casos da doença (83 confirmados e 28 prováveis), e as autoridades averiguam outros seis, segundo o último boletim do ministério divulgado neste domingo, que contém dados recolhidos até 25 de agosto.

O Ministério de Saúde informou que dos 83 casos confirmados, 14 conseguiram superar a doença e 25 se encontram hospitalizados recebendo tratamento; os outros 44 morreram.

Este é o segundo surto de ebola na RD do Congo depois do ocorrido na província do Equador (noroeste), um país no qual a doença é endêmica, mas que nunca tinha notificado um surto em duas áreas em conflito como as actuais.

Essas regiões da RD do Congo vivem há anos uma situação de conflito com constantes massacres protagonizados por rebeldes congolezes, ruandeses e ugandenses, que, além disso, enfrentam as tropas governamentais e as forças da ONU (MONUSCO).

Em Kivu do Norte, a província mais afectada, mais de 100 grupos armados estão ativos e foram registados mais de 120 incidentes violentos neste ano. Até o momento, o ministério congolês, com a colaboração de especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS), vacinou 3.591 pessoas com o tratamento experimental rVSV-ZEBOV.

O sistema que está sendo aplicado é da vacinação em anel, ou seja, a vacinação no círculo de pessoas mais próximas de casos suspeitos, nos contactos destes e nos cuidadores dos doentes em lares e hospitais.

O vírus do Ébola é transmitido através do contacto directo com sangue e fluidos corporais contaminados e é mais violento quanto mais avançado estiver o processo infeccioso, chegando a alcançar uma taxa de mortalidade de 90%.

A pior epidemia desta doença conhecida no mundo foi declarada em março de 2014, com os primeiros casos que remontam a Dezembro de 2013 na Guiné, de onde se expandiu libensamente para Serra Leoa e Libéria.

A OMS deu por encerrada a epidemia em Janeiro de 2016, depois de que foram registadas 11.300 mortes e mais de 28.500 casos, mas a agência da ONU admitiu que os números reais podem ser mais altos.

ONU diz que militares birmaneses devem ser julgados por genocídio dos rohingya

As chefias militares da Birmânia são responsáveis pelas violações e execuções em massa da comunidade rohingya, que começaram há um ano, e devem responder num tribunal internacional, por crimes contra a humanidade e genocídio.

Texto: Público de Portugal

O parecer é de um grupo de investigadores das Nações Unidas que esta segunda-feira recomendou o julgamento do comandante e de cinco generais do Exército birmanês pela sua responsabilidade em conduzir um dos “mais graves crimes à luz da lei internacional” contra a minoria muçulmana. O relatório pede que a investigação seja encaminhada para o Tribunal Penal Internacional.

Para a missão criada por decisão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Março de 2017, o Governo civil, liderado por Aung San Suu Kyi, Prémio Nobel da Paz em 1991, não teve grande margem para controlar a acção do exército. Mas, “através dos seus seus actos e omissões, as autoridades civis contribuíram para que fossem cometidos crimes atrozes”.

O Governo civil “permitiu que o discurso de ódio prosperasse e não protegeu as minorias de crimes contra a humanidade e de guerra executados pelo exército nos estados de Rakhine, Kachin e Shan. Ao fazê-lo, Suu Kyi consentiu “crimes atrozes”, lê-se no relatório citado pela Associated Press e Reuters. “Não usou sua posição como Chefe de Governo, nem sua autoridade moral, para conter ou impedir os eventos que se desdobram, ou buscar caminhos alternativos para cumprir a responsabilidade de proteger os civis”, afirma o documento.

O painel de investigadores ouviu 875 vítimas e testemunhas e analisou documentos, vídeos, fotografias e imagens de satélite. Recolheu provas de violações em grupo, de violência armada – seja por via de armas de fogo, armas brancas (incluindo casos de decapitação), de destruição

de aldeias inteiras, de tortura, de escravatura e de infanticídio, acusando o exército de ter recorrido a táticas “consistentemente desproporcionais à dimensão das ameaças de segurança”, constituindo “sem qualquer dúvida, um dos crimes mais graves contra a lei internacional”.

Em Dezembro do último ano, por exemplo, as estimativas dos Médicos Sem Fronteiras davam conta da morte de pelo menos 6700 pessoas num só mês. Destas vítimas, pelo menos 730 eram crianças com menos de cinco anos que foram mortas a tiro, queimadas ou agredidas até à morte, detalhou a organização humanitária.

Para as Nações Unidas, o momento em que a intenção de genocídio ficou clara remonta a Agosto do último ano, quando as tropas do Governo da Birmânia lançaram uma operação de “limpeza étnica” numa suposta resposta aos ataques do Exército de Salvação de Arakan Rohingya (ARSA) contra 30 postos da polícia de Mianmar e uma base militar.

Em declarações aos jornalistas, os investigadores ressaltaram que, apesar de considerarem que o ataque do exército foi o motor da revolta que expôs os problemas étnicos de um país profundamente dividido, os conflitos já estavam em curso. “Não foi nesse dia em que tudo começou. Assinalámos este dia [do ataque do exército birmanês] porque foi o dia em que para nós se tornou evidente o que estava a acontecer. Mas grande parte do que aconteceu é apenas uma demonstração máxima de um conjunto de tensões e abusos que estavam a acontecer há muito tempo”, esclareceu Christopher Sidoti, membro da Missão Interna-

cional e Independente no Mianmar.

Responsabilidade dos seis militares “é clara”

Para as Nações Unidas, a responsabilidade do comandante e dos cinco generais é evidente. Não obstante, a organização não exclui a existência de mais responsáveis pelos crimes, explicou uma dos membros da comissão de investigação Radhika Coomaraswamy. “Existe uma longa lista de pessoas que não nomeámos mas que podem ser também indiciadas para uma investigação mais profunda por parte da Justiça”, declarou aos jornalistas.

“No caso da Birmânia – como em quase todos os casos de genocídio – não há uma arma, não temos nenhuma cópia de uma ordem directa que diga ‘Começar genocídio amanhã, por favor’. Mas, de uma forma universal, os genocídios são levados a tribunal com base nas intenções apuradas. A intenção tem de ser inferida da natureza das circunstâncias nas quais acontecem. Neste caso, as duas coisas mais relevantes para nós são o contexto e a hierarquia que existe na Birmânia. Não há qualquer dúvida da nossa parte de que aquilo que aconteceu no Rakhine não aconteceu sem o conhecimento prévio dos líderes militares e sob o seu comando. E pela clareza desta hierarquia é que recomendamos a investigação e julgamento destes seis militares”, venceu Christopher Sidoti, membro australiano da missão de investigação das Nações Unidas.

“Não excluímos a presunção de inocência, não estamos a dizer que individualmente está provada a intenção de cada um, mas que,

de uma forma geral, sob todas as circunstâncias, com base em todos os factos, eles devem ser investigados”, rematou.

Radhika Coomaraswamy apontou ainda a facilidade com que o discurso de ódio se propagou durante este período, até mesmo nas redes sociais como o Facebook, sem que o Governo nada fizesse. “Temos uma secção bastante longa em relação ao discurso de ódio”, sublinhou. “O Facebook é uma plataforma, e nós valorizamos a liberdade de expressão, mas devemos olhar com atenção para a facilidade com que se propaga o discurso de ódio, sendo que deve ser examinado por uma entidade privada”, acrescentou.

A situação na Birmânia já motivou a fuga de mais de 700 mil refugiados. Entre as vítimas estão milhares de crianças, que enfrentam desnutrição e estão expostas a doenças infecciosas.

No entanto, mesmo conseguindo escapar deste cenário na Birmânia, os refugiados que encontram refúgio noutros países não vêem os seus pesadelos terminar. No Bangladesh, por exemplo, continuam a enfrentar ameaças à integridade física, devido à falta de comida, água potável e cuidados de saúde. Em Outubro do ano passado, um relatório da UNICEF denunciava as condições nos campos de refugiado no Bangladesh como “um inferno na terra”.

Ao governo da Birmânia foi enviada uma cópia antecipada do relatório das Nações Unidas, mas o Executivo não comentou o documento. O relatório completo da investigação será divulgado a 8 de Setembro. Algumas partes estão já disponíveis online.

Facebook bloqueia conta de chefe das forças armadas e outros militares birmaneses

Horas depois de a ONU ter afirmado que os militares birmaneses devem ser julgados por crimes contra a humanidade e genocídio da minoria rohingya, o Facebook bloqueou nesta segunda-feira os perfis do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Min Aung Hlaing, e de outros militares de topo da Birmânia. Esta é a primeira vez que a rede social bloqueia a conta de líderes políticos ou militares, disse a porta-voz do Facebook, Ruchika Budhraj, adiantando que não existe possibilidade de recurso.

Texto: Público de Portugal

O objectivo, disse a empresa depois de analisar o conteúdo das contas, é prevenir a propagação de "ódio e desinformação". Uma conta no Instagram – rede detida pelo Facebook – foi também bloqueada, assim como 52 outras páginas no Facebook que fazem parte de uma campanha "que utiliza páginas de notícias e opiniões aparentemente independentes para impulsionar dissimuladamente as mensagens dos militares birmaneses". Ao todo, as páginas tinham quase 12 milhões de seguidores.

A decisão da empresa norte-americana foi motivada não só pelas conclusões das Nações Unidas, mas também por relatos da comunicação social e de grupos de defesa

dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional. Além das violações e execuções em massa dos rohingya, o relatório da ONU publicado esta segunda-feira evidenciava também o impacto das redes sociais, caracterizando o Facebook como "um instrumento poderoso para aqueles que pretendem espalhar o ódio, num contexto em que o Facebook é, para muitos utilizadores, toda a Internet".

Em meados de Agosto, o Facebook já tinha admitido a demora em prevenir o uso da rede social para incentivar a violência e o discurso de ódio contra os rohingya na Birmânia. A declaração surgia horas depois de a Reuters publicar uma investigação que mostrava como o

Facebook continuava a alojar mais de mil publicações a promover o ódio contra a minoria muçulmana. Cerca de 800 mil rohingya viram-se obrigados a abandonar a Birmânia para fugir à violência dos confrontos com os militares.

A ONU acusou a Birmânia de limpeza étnica, mas o Exército argumentou que se tratava de uma resposta militar aos ataques de uma rebelião rohingya. A crise começou a 25 de Agosto de 2017, mas a perseguição à minoria muçulmana na Birmânia dura há séculos: o Governo birmanês não os reconhece como cidadãos, não os deixa votar, não lhes permite a circulação livre e veda-lhes o acesso a serviços públicos.

Dezasseis mortos após acidente de autocarro na Bulgária

O número de vítimas de um acidente de autocarro registado no passado sábado nos arredores de Sófia, capital da Bulgária, ascende a 16 pessoas, enquanto 26 pessoas ficaram feridas, quatro delas em estado grave, informou o Ministério do Interior do país.

Texto: Agências

Vários dos feridos continuam internados em hospitais onde foram submetidos a operações e outros procedimentos.

As vítimas do acidente, ocorrido em uma estrada de montanha com muitas curvas, são aposentados de idade avançada que voltavam de uma peregrinação a um mosteiro próximo, quando o motorista perdeu o controle do veículo no meio de uma forte tempestade.

Após sair da pista, o autocarro bateu com vários carros e ao final capotou e caiu em um precipício de cerca de 20 metros, explicou hoje a imprensa local. O

Governo búlgaro declarou a segunda-feira, 27 de Agosto, dia de luto nacional devido à tragédia. A estrada onde aconteceu o acidente é conhecida como perigosa, por causa das estreitas e fortes curvas.

Tribunal indonésio retira acusações de menor estuprada e condenada por aborto

Um Tribunal da Indonésia retirou as acusações a uma adolescente de 15 anos que foi estuprada pelo seu irmão de 18 e condenada a seis meses de prisão por abortar em julho, após uma intensa campanha de ativistas para pedir sua libertação.

Texto: Agências

Os juízes do Tribunal de Jambi, na ilha de Sumatra, decidiram na segunda-feira em apelação "restaurar os direitos" da condenada e que o Estado assumira os custos do processo, segundo disse nesta terça-feira à Agência Efe Ratna Dewi, da ONG Coalizão de Mulheres da Indonésia.

Uma das advogadas, Mirna Novita Amir, disse após a decisão que a jovem "foi perdoada porque suas ações foram forçadas, sob pressão, e a lei de saúde reprodutiva indica que o aborto está permitido após estupro e sob trauma intenso".

A decisão judicial foi dada após uma campanha de várias organizações indonésias e internacionais para pedir que os processos judiciais levem em conta a idade dos acusados e a condição de sobreviventes de abusos sexuais.

A adolescente foi condenada por abortar após seis meses de gravidez, enquanto a legislação indonésia permite abortos em casos especiais mas só nas primeiras seis semanas. O seu irmão foi condenado a dois anos de prisão por estuprá-la em várias ocasiões.

Segundo a organização de assistência legal para mulheres LBH APIK, apenas em Jacarta ocorreram 39 casos de abusos sexuais a menores em 2017, das que três tiveram problemas legais ao ficarem grávidas.

Estudo estima que quase 3 mil pessoas morreram em Porto Rico após passagem do furacão Maria

Um estudo comissionado pelo governo de Porto Rico e divulgado nesta terça-feira estima que o furacão Maria, a tempestade mais poderosa a atingir o território em quase 90 anos, provocou quase 3 mil mortes, bem mais que o número oficial de 64.

Texto: Agências

O relatório indica que 2.975 mortes podem ser directamente ou indirectamente atribuídas ao Maria a partir do momento em que o furacão atingiu Porto Rico em Setembro de 2017 até meados de fevereiro deste ano, com base em comparações entre mortalidades previstas sob circunstâncias normais e mortes documentadas após a tempestade.

O estudo, realizado pela Escola de Saúde Pública do Instituto Milken, da Universidade George Washington, também descobriu que o risco de mortes geradas pelo furacão é consideravelmente mais alto para homens mais velhos e pobres.

O relatório foi realizado em colaboração com a Escola de Saúde Pública da Universidade de Porto Rico e foi comissionado pelo governador de Porto Rico, Ricardo Rossello.

Um estudo anterior de uma

equipe de pesquisas liderada pela Universidade Harvard e divulgado em maio estimava que 4.645 vidas foram perdidas por conta do Maria na ilha caribenha. Um estudo da Universidade do Estado da Pensilvânia colocou o número em 1.085.

As respostas de emergência à tempestade se tornaram altamente politizadas conforme o governo Trump era criticado por ter sido lento em reconhecer a gravidade da devastação e em fornecer alívio de desastres para Porto Rico, um território norte-americano de mais de 3 milhões de habitantes.

A tempestade atingiu solo portorriquenho com ventos de cerca de 241 quilómetros por hora em 17 de Setembro e gerou um caminho de destruição pela ilha, causando danos em propriedades estimados em 90 biliões de dólares e deixando grande parte da ilha sem energia eléctrica por meses.

Massacre em torneio de videogame nos EUA ressuscita debate sobre porte de armas

O assassinato de dois competidores num torneio de videogame na Flórida no domingo ressuscitou o já antigo e candente debate sobre o porte de armas no Estado norte-americano às vésperas de eleições estaduais e federais primárias altamente disputadas.

Texto: Agências

Como os eleitores da Flórida escolherão seus candidatos a governador e ao Congresso na terça-feira, alguns postulantes democratas disseram que o massacre de domingo em Jacksonville foi mais um indício da necessidade de uma legislação de armas mais rígida, enquanto outros cancelaram eventos de campanha.

O episódio de violência, que também deixou 11 feridos, foi o mais recente de uma série de ataques a tiros de grande repercussão no Estado na esteira do massacre de 17 alunos e educadores em uma escola secundária em fevereiro e do assassinato de 49 pessoas em um clube noturno de Orlando em 2016.

O escritório do xerife de Jacksonville identificou o suposto atirador como David Katz, de 24 anos, de Baltimore. Testemunhas disseram que ele ficou revoltado por ter perdido a competição.

"Nós, como sociedade, precisa-

mos nos unir e dizer 'chega disso'", afirmou o senador democrata Bill Nelson aos repórteres em Jacksonville perto do local do ataque, realizado durante o torneio de futebol norte-americano online Madden 19. A campanha de reeleição de Nelson enfrenta o governador republicano da Flórida, Rick Scott, numa das principais corridas que determinarão em Novembro o equilíbrio de poder no Senado.

O direito às armas, garantido pela Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos, é um dos temas mais polarizadores da política norte-americana. O debate divide os dois partidos, já que normalmente os republicanos argumentam que a aplicação mais eficaz das leis de porte já existentes é a melhor maneira de impedir massacres, enquanto os democratas pedem que a posse de armas seja mais restrita.

Dada a divisão partidária, o ataque pode não mudar os re-

sultados das primárias de terça-feira, nas quais os eleitores escolherão candidatos de seus próprios partidos.

O comissário estadual de Agricultura, Adam Putnam, um dos republicanos que disputam a vaga de Scott, cancelou um evento de campanha em Jacksonville. Favorita nas pesquisas, a democrata Gwen Graham instou Putnam e seu correligionário rival, o deputado Ron DeSantis, a reagirem com políticas mais vigorosas.

A mídia local identificou os mortos como Taylor Robertson, de 27 anos, de Woodland Hills, na Califórnia, e Eli Clayton, de 22 anos, de Ballard, na Virgínia Ocidental. Robertson, que era pai e marido, venceu o torneio no ano passado e Katz no ano anterior, disse a EA Sports, unidade da Electronic Arts que patrocinou o torneio.

As autoridades não revelaram como Katz obteve a arma que usou no ataque.

Moçambola: Ferroviário de Maputo vence clássico e volta a distanciar-se na liderança

Um golo solitário da sua jovem revelação foi suficiente para o Ferroviário de Maputo vencer o clássico contra o Costa do Sol e voltar a alargar a vantagem que tem na liderança do Campeonato nacional de futebol, pelo menos enquanto a União Desportiva do Songo não acertar os 3 jogos que atrasados.

Os “locomotivas” mantiveram no passado sábado (25) a invencibilidade quase perfeita, mesmo voltando a jogar no seu estádio na Machava.

Depois de uma 1ª etapa equilibrada e com poucos lances de golo valeu o oportunismo do jovem Kamo Kamo, no primeiro minuto da 2ª parte, que com um toque subtil atirou para o fundo das malhas um remate que Guirugou defendeu mal.

A equipa de Nelson Santos dilatou para 4 a vantagem para os seus perseguidores directos, a União Desportiva do Songo e a Liga Desportiva de Maputo, que ainda não realizaram os seus jogos da jornada 23.

Quem se acercou do topo foram outros locomotivas, de Nampula, que golearam no estádio 25 de Junho os docentes de Manica.

Payo de cabeça abriu o placar no minuto 9, seis minutos depois Lanito trabalhou bem a bola pelo flanco esquerdo e puxou de um belo remate com o pé direito colo-



Texto: Adérito Caldeira

cando a bola no fundo das redes da Universidade Pedagógica. Antes do intervalo o jovem Belito aumentou o placar de cabeça canto e no minuto 90 o inevitável Luckman fechou a contagem.

Também nos lugares cimeiros continuam os “fabris” do Chimoio que receberam e venceram o cada vez mais aflito Incomati de Xinavane, graças a um golo solitário de Ricardo no minuto 82.

Outro aflito que viu a sua situação piorar foram os “trabalhadores” de Quelimane que viajaram a Gaza onde foram derrotados pelos Guerreiros.

Eis os resultados da jornada 23 que teve duas parti-

das adiadas:

Fer. de Maputo	1	x	0	Costa do Sol
ENH Vilanculo	0	x	0	Maxaquene
Clube do Chibuto	1	x	0	1ºMaio Quelimane
Textáfrica	1	x	0	Incomati
Fer. de Nacala	0	x	0	Desp. de Nacala
Fer. de Nampula	4	x	0	U.P de Manica

A classificação está desta forma ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Ferroviário de Maputo	22	14	2	6	24	14	44
2º	Ferroviário de Nampula	23	11	7	5	34	20	40
2º	União Desp.a do Songo	20	12	4	4	27	19	40
4º	Liga Desp. de Maputo	22	11	5	6	29	20	38
4º	Textáfrica	23	10	8	5	21	21	38
6º	Clube do Chibuto	22	10	7	5	27	13	37
7º	Maxaquene	23	9	8	6	25	18	35
8º	ENH de Vilanculo	23	7	7	9	14	22	28
9º	Costa do Sol	23	6	9	8	17	13	27
10º	Ferroviário da Beira	22	6	8	8	23	21	26
10º	Ferroviário de Nacala	23	6	8	9	14	20	26
12º	Desportivo de Nacala	23	6	6	11	18	22	24
12º	U. Pedagógica Manica	23	5	9	9	16	24	24
14º	G.D.Incomati	23	5	8	10	10	17	23
15º	1º Maio de Quelimane	23	6	4	13	15	27	22
16º	Sporting de Nampula	22	3	7	12	11	32	16

Ferroviário de Maputo arranca título da Liga Moçambicana de Basquetebol em plena cidade da Beira

Jogando no hostil pavilhão na cidade da Beira o Ferroviário de Maputo arrancou aos anfitriões o título, perdido na época passada, da Liga Moçambicana de Basquetebol. O espanhol Alvaro Maso foi eleito o MVP enquanto Ivan Machava e Helton Ubisse, que fizeram os “beirenses” sonhar com bi, foram o melhor triplista e melhor marcador da prova, respectivamente.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: MaFoto



Em desvantagem nas Finais e com o apoio do seu público os campeões entraram para a quadra do seu pavilhão, no passado sábado (25), ao ataque colocando-se na frente do marcador. Tranquilos os pupilos de Milagre Macome empataram e fizeram a cambalhota no marcador vencendo o 1º período por 22 a 17 pontos.

Visivelmente nervosos e sem poderem contar com o reforço norte-americano Angelo Warner, que foi suspenso por um jogo devido a uma agressão durante o jogo 2, os “locomotivas” da Beira defendiam mal e estiveram piores a tentarem reduzir a desvantagem indo para o descanso a perder por 41 a 26 pontos.

No 3º período o Ferroviário de Maputo geriu com tranquilidade e inteligência a vantagem que construiu e manteve-se a frente por 63 a 47 pontos.

No tudo por tudo final Helton Ubisse e Ivan Machava ainda fizeram os “beirenses” sonharem com o jogo 4, com os cestos certos.

Com 3 minutos para o término do jogo Ivan ainda levantou o pavilhão quando acertou duas bombas que colocaram a desvantagem a 1 ponto. Mas os seus colegas não o acompanharam e permitiram ao Ferroviário de Maputo vencer o jogo, por 82 a 75 pontos, e reconquistar o título perdido no ano passado justamente na Beira. Foi o 4º título nacional dos “locomotivas” da capital do país.

Alvaro Maso, o espanhol do Ferroviário de Maputo, foi eleito o jogador mais valioso da Liga Moçambicana de Basquetebol. Ivan Machava levou o troféu de melhor triplista. Helton Ubisse foi o melhor marcador da prova enquanto o norte-americano Jeffery Fehanbulleh foi o melhor ressaltador da prova.

Mundo

Arcebispo italiano diz que Papa conhecia abusos e pede-lhe que renuncie

O antigo núncio apostólico nos EUA, o arcebispo Carlo Maria Viano, acusa o Papa Francisco de ter conhecimento há cinco anos das denúncias de abuso sexual contra o cardeal norte-americano Theodore McCarrick, e só ter aceiteado a sua renúncia há um mês. Por isso, pede ao pontífice que renuncie.

Texto: Público de Portugal

Numa carta de 11 páginas que chegou aos meios de comunicação católicos conservadores durante a visita do Papa à Irlanda, o italiano Carlo Maria Viano, 77 anos, escreve que em 2013 disse a Francisco que o cardeal McCarrick enfrentava extensas acusações de abusar sexualmente de seminaristas e padres. Então, era núncio apostólico nos EUA, ou seja, embaixador do Vaticano naquele país.

As autoridades do Vaticano recusaram, para já, comentar a carta conhecida neste domingo.

McCarrick tornou-se o primeiro cardeal a renunciar à sua posição na liderança da Igreja depois de uma investigação concluir como provadas as alegações de que havia abusado sexualmente de um rapaz de

16 anos. O caso aconteceu há “mais de 45 anos” e o cardeal disse não se recordar.

Trata-se de um dos mais altos funcionários do Vaticano acusado de abuso sexual num escândalo que abalou o mundo católico, desde que o jornal Boston Globe publicou a sua investigação em 2002, revelando dezenas de casos de sacerdotes que abusaram de crianças e de bispos que encobriram esses acontecimentos. Desde então, os padrões de abuso generalizado de crianças têm sido relatados não só nos Estados Unidos mas também na Europa, nomeadamente na Irlanda, onde o Papa actualmente se encontra em visita, no Chile e na Austrália. Na carta, publicada pelo jornal conservador National Catholic Register, o arcebispo diz que Francisco tomou

conhecimento das acusações contra McCarrick em Junho de 2013, logo após a sua eleição como Papa. “Ele sabia, pelo menos desde 23 de Junho de 2013, que McCarrick era um predador”, escreve Viano.

“O Papa Francisco deve ser o primeiro a dar um bom exemplo aos cardeais e bispos que encobriram os abusos de McCarrick e deve demitir-se tal como todos eles”, defende. A carta de Viano critica ainda as “redes homossexuais presentes na Igreja”.

Este sábado, na Irlanda, no primeiro dia da visita oficial, o Papa voltou a afirmar que se sente “envergonhado” e recebeu avisos do primeiro-ministro irlandês, Leo Varadkar, que lhe pediu para passar das “palavras à acção”.

Vettel vence na Bélgica e aproxima-se de Hamilton no Mundial de pilotos

Sebastian Vettel, da Ferrari, venceu neste domingo o Grande Prémio da Bélgica em Fórmula 1 e diminuiu a diferença para o líder, Lewis Hamilton, para 17 pontos, a oito corridas do final do campeonato.

Texto: Agências

Hamilton, que venceu no ano passado na Bélgica, começou a corrida na pole position, mas chegou em segundo, enquanto Max Verstappen, da Red Bull, ficou em terceiro. Hamilton tem agora 231 pontos contra 214 de Vettel.

O início da corrida foi o mais agitado, com o McLaren de Fernando Alonso voando sobre o Sauber de Charles Leclerc depois de ser atingida na traseira pela Renault de Nico Hulkenberg. Os três foram retirados da pista enquanto o Safety Car entrava por quatro voltas.

Leclerc pode agradecer o novo sistema de protecção para a cabeça introduzido este ano por ter escapado ileso do acidente. Imagens de tevê depois do acidente mostrava a estrutura cheia de marcas.

Kimi Raikkonen, da Ferrari, e Daniel Ricciardo da Red Bull também bateram logo no início e deixaram a prova.

Na frente, Vettel rapidamente tomou a liderança de Hamilton na reta Kemmel na volta de abertura e não perdeu mais, recebendo a bandeira 11 segundos a frente do inglês.